

Niemeyer, o centenário do gênio da arquitetura

Para corrigir falha técnica na última edição, o Jornal do Senado republica, com atualizações, especial sobre Oscar Niemeyer, que completou cem anos em plena atividade.

PÁGINAS 10 E 11

Mais rigor no combate à derrubada de florestas

Relatório de Renato Casagrande sobre mudanças climáticas, aprovado em comissão especial, sugere rigor no combate ao desmatamento ilegal e ações de incentivo para preservar as florestas.

PÁGINA 12

Processos no STJ custarão de R\$ 50 a R\$ 200

O Senado aprova e envia à sanção projeto que institui a cobrança de taxas para ajuizamento de ações no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os valores variam de R\$ 50 a R\$ 200.

PÁGINA 13

Parlamento do Mercosul: um ano pela integração

O sentimento de integração que permeia as atividades do Parlamento do Mercosul, que completa um ano de instalação, é destacado pelo senador Sérgio Zambiasi.

PÁGINA 16



Garibaldi Alves Filho (C) recebe os cumprimentos dos colegas depois de ser eleito presidente do Senado, na quarta-feira

Garibaldi vê dificuldade para reforma tributária

- Novo presidente do Senado sai em defesa da elaboração de uma proposta de reforma tributária ampla pelo governo, mas afirma não acreditar que haja tempo hábil para aprová-la ainda em 2008, ano de eleições municipais
- Na madrugada seguinte à eleição de Garibaldi, a CPMF é derrubada no Plenário. O governo perde R\$ 40 bilhões em arrecadação anual e acena com a destinação de 100% dos recursos para a saúde a fim de restaurar o tributo
- O Orçamento de 2008 só deverá ser votado em fevereiro, devido a alterações para compensar o fim do imposto do cheque. Matéria especial mostra como os créditos extraordinários desfiguram a lei orçamentária

PÁGINAS 3 A 9



Efraim Morais (E), Renan, Magno Malta e Azeredo em cerimônia de abertura de evento para valorizar portadores de deficiência

Senado realiza Semana da Pessoa com Deficiência

PÁGINAS 14 E 15

e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

cidadania

Dicas de cuidados na hora de presentear

Dezembro é o mês campeão de vendas no comércio. Mas o consumidor deve ficar atento para não ter prejuízo com um produto inadequado ou defeituoso, por exemplo. Veja nesta edição o que fazer para se garantir na hora das compras.

PÁGINA 20



Três projetos reforçam defesa do consumidor

Três projetos que reforçam os direitos do consumidor estão na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que tem reunião marcada para esta terça-feira.

Os prestadores de serviços, de um lado, e os consumidores, de outro, foram historicamente desequilibrados, especialmente quando baseadas em contratos de adesão cujo teor os consumidores não tomam conhecimento.

Vânia (PSDB-GO) que estabelece que o fornecedor de qualquer produto deve advertir o consumidor, de forma clara e destacada, sobre o direito de arrependimento. A proposta tem voto favorável de Flávio Arns (PT-PR).

O projeto de lei (PLS 430/07) do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) submete à aprovação prévia do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos e os consumidores.

O senador exemplifica com o que chama de "uso do escabroso e indecente princípio da fidelização", prática comum entre as empresas de telefonia e de TV a cabo. Quando o consumidor tenta cancelar o serviço, mudar de fornecedor ou fazer cessar um abuso, é multado, o que atenta contra a liberdade de escolha.

A terceira iniciativa (PLS 499/07), de Expedito Júnior (PR-RO), estipula multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e trata dos prazos de cumprimento da obrigação, em caso de omissão do contrato. O relator da matéria, Cícero Lucena (PSDB-PB), apresentou voto favorável.

Para Mesquita Júnior, as relações entre a indústria, o comércio

A comissão analisará também o projeto (PLS 424/07) de Lúcia

CI terá audiência sobre transporte ferroviário na terça

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) promove, nesta terça-feira, às 10h, audiência para debater a situação do transporte ferroviário no Brasil. O colegiado discutirá a possibilidade de investimentos, custo, segurança, rapidez e modernização nessa modalidade de transporte. O requerimento que solicita a audiência é do senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Comissão analisa redução na faixa de fronteira

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realiza na quarta-feira sua última reunião de 2007. Duas propostas de emenda à Constituição podem ser analisadas. A primeira (PEC 49/06), de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), reduz a faixa de fronteira de 150 quilômetros de largura para 50 quilômetros, a fim de ajudar na integração regional da América do Sul.

CAE avalia limites para endividamento da União

A Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se na terça-feira para deliberar sobre 12 proposições. O principal item é o projeto de resolução (PRS 83/07) que dispõe sobre os limites para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal.

Foram convidados a participar da reunião, entre outros, os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e dos Transportes, Alfredo Nascimento; e o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, José Alexandre Resende.

A outra PEC (87/07), de Expedito Júnior (PR-RO), trata da atuação das Forças Armadas em ações sociais.

O projeto de Romero Jucá (PMDB-RR) fixa limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno. Segundo o relator, César Borges (PR-BA), a matéria incorporou aspectos importantes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Presidência



O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, fez uma visita de cortesia à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, na última quinta-feira.

Após o encontro, afirmou que não é investigado pelo tribunal. Notícias publicadas naquela data diziam que o senador é citado em petição sigilosa por suposta relação com empresários e servidores de seu estado acusados de desvios no Programa do Leite, que funcionou durante seu governo (1995-2002).

- O que eu sei é que esse episódio, com relação ao meu governo, investiga a conduta de um ex-secretário que, como ordenador de despesas, resolveu dispensar uma licitação. Em relação a mim, o Supremo não acolheu nenhuma denúncia.

Também na quinta-feira, Garibaldi esteve na sede do Ministério Público Federal, onde visitou o procurador-geral Antonio Fernando de Souza.

REGIMENTO - Na última quinta-feira, ao deixar a Presidência da Casa, que assumiu interinamente por 63 dias, Tião Viana (PT-AC) foi cumprimentado pelos demais senadores e por jornalistas pela forma como conduziu a instituição. A principal iniciativa de sua gestão, segundo o senador, foi ter resgatado o Regimento Interno como alicerce das decisões do Senado. Entre os acertos, citou a divulgação das verbas indenizatórias recebidas pelos senadores, que deverá ser feita via internet nos próximos dias.

REFORMA POLÍTICA - Na segunda-feira, como presidente interino do Senado, Tião Viana participou de reunião plenária do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, na ocasião, defendeu a realização de uma "reforma política fatiada", com mudanças pontuais. - Quem quer avançar trata de temas prioritários; não põe nada no atacado: põe no varejo. Se votássemos dois, três itens por ano, iríamos fazer um bem maior que se apresentássemos 30, 40 itens de uma só vez - afirmou.

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

14h - MERCOSUL

Seminário - O Parlamento do Mercosul e a União Européia debatem a contribuição do Parlamento do Mercosul à legitimidade e à segurança jurídica como fator de coesão e redução das assimetrias. Em Montevidéu, Anexo do Palácio Legislativo.

TERÇA-FEIRA

9h - DIREITOS HUMANOS

Sistema prisional - Audiência pública para debater atos ilícitos praticados pelo sistema prisional. Os ministros da Justiça, Tarso Genro; da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; e da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, Nilcéa Freire, estão entre os convidados.

10h - INFRA-ESTRUTURA

Transporte ferroviário - Debate com os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e dos Transportes, Alfredo Nascimento, entre outros convidados.

10h - ASSUNTOS ECONÔMICOS

Operações de crédito - Na pauta,

projeto que trata dos limites globais para as operações de crédito externo e interno da União.

11h30 - MEIO AMBIENTE

Serviços públicos - Entre os itens em exame, três projetos que reforçam os direitos do consumidor nas áreas de serviços públicos, do direito ao arrependimento e da punição para o não-cumprimento de prazo por fornecedores.

14h30 - MISTA DE ORÇAMENTO

LOA - Avaliação da tramitação do projeto de lei orçamentária para 2008.

QUARTA-FEIRA

8h45 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Telemarketing - Na pauta, texto que substitui os projetos que disciplinam a prática do telemarketing.

9h - DEFESA DA SAÚDE

Material radiativo - A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da CAS, recebe o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em reunião técnica para analisar a carência de material radiativo importado do Canadá para tratamento

de várias doenças no Brasil. Estão convidados ainda o superintendente do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Cláudio Rodrigues; o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Odair Dias Gonçalves; e o diretor-executivo do Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, David Uip.

10h - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Crimes contra policiais - A comissão vota projeto que altera o Código Penal para determinar o agravamento da pena de quem praticar crimes de homicídio e de ameaça contra policiais.

11h - ASSUNTOS SOCIAIS

Recrutamento - Em turno suplementar, a comissão vota substitutivo a projeto que proíbe o uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador.

QUINTA-FEIRA

10h - RELAÇÕES EXTERIORES

Estrangeiros - Em exame, projeto que institui o dia de celebração da amizade Brasil-Argentina.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h30 - Sessão deliberativa

PECs - A pauta, com 60 itens, inclui 13 propostas de emenda à Constituição que tratam, entre outros, de recursos para irrigação; de exame, separadamente, de vetos pelo Senado e pela Câmara; de direito de voto para brasileiro residente no exterior, e de ensino fundamental em período integral.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

QUINTA-FEIRA

11h - Sessão especial

Niemeyer - Os senadores comemoram o centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer. O homenageado participa da sessão por meio de videoconferência.

14h - Sessão deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

CONGRESSO

Garibaldi acha difícil reforma em 2008

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, defende uma reforma tributária para reduzir o excesso de impostos pagos no país, mas considera difícil essa iniciativa ser aprovada em 2008. Entrevistado na sexta-feira, ele afirmou que essa reforma teria que ser aprovada no curso do primeiro semestre do próximo ano, já que, no segundo semestre, os parlamentares estarão focados nas eleições municipais.

Ele defendeu uma saída para o impasse em que ficou o governo com a perda de R\$ 40 bilhões de recursos orçamentários que não estarão disponíveis em 2008. A perda resultou da rejeição pelo Senado, na madrugada de quinta-feira, da prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre

Movimentação Financeira (veja reportagem nas páginas 6 e 7).

– Na verdade, devemos ter uma saída para esse impasse que não redunde em sacrifício para a população e nem em corte em investimentos sociais. O acordo oferecido pelo governo e que não saiu pode sair agora. Estou pronto para colaborar com ele – disse.

Para proferir o governo de recursos orçamentários perdidos com a rejeição da CPMF, até emendas parlamentares podem ser sacrificadas. Garibaldi ponderou que, se impostos serão aumentados e despesas cortadas, as emendas feitas por parlamentares ao Orçamento da União também estarão sujeitas a enxugamento.

– Acho que, se tivermos, cada um, de dar a sua cota de contri-

buição, os parlamentares não devem ser excluídos – reafirmou.

Questionado quanto às alternativas para compensar a perda de arrecadação, Garibaldi respondeu que ainda não foi informado sobre isso pelo governo.

– A providência que o governo solicitou da Comissão de Orçamento foi a de que teria que fazer adequações, e isso vai se dar sem que o governo retire o projeto de lei orçamentária do Congresso. A comissão vai aguardar até o dia 28 que o governo faça essas adequações. Espero que os cortes sejam mais nos gastos do que nos investimentos. Só depois do carnaval é que o Orçamento vai ser apreciado – explicou o senador (veja reportagem sobre o Orçamento na página 8).

Simon propõe reforma tributária imediata

Se é para fazer a reforma tributária, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considera que ela deve ser enfrentada agora, nos meses de janeiro e fevereiro, mesmo que para isso seja preciso fazer uma convocação extraordinária do Congresso. Para Simon, a reforma é extremamente necessária.

Caso contrário, disse ele, “o governo vai encontrar uma fórmula para compensar o dinheiro que vai perder, radicaliza e [a reforma] não sai mais”. Após a sessão no Plenário, na sexta-feira, Simon disse que iria sugerir a convocação ao presidente da Casa, sena-

dor Garibaldi Alves Filho.

– Se o governo está dizendo que topa, se o presidente do Congresso diz que topa, se o PSDB e o DEM dizem que topam, vamos fazer uma reforma tributária, nem que seja com o mínimo de coisas fundamentais – argumentou.

O senador lembrou que estados e municípios recebem hoje muito menos recursos do que recebiam em 1988, quando foi elaborada a Constituição, e afirmou que esses entes federativos praticamente mendigam recursos ao governo federal. Simon fez questão, no entanto, de ressaltar que é contrário a que se ressuscite a CPMF.

Alvaro Dias pede mudanças fiscais e administrativas

O fim da CPMF deverá forçar o Executivo a promover as reformas tributária e administrativa que vem prometendo, mas sem cumprir. O governo federal também passará a ter maior austeridade nos seus gastos, previu na quinta-feira o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador chegou a sugerir que o governo convoque a oposição para, “em uma negociação de alto nível”, encontrar um caminho a fim de que o país tenha, no curto prazo, a modernização do sistema tributário, que, observou, “é de quinto mundo”.

Questionado a respeito de uma autoconvocação do Senado no mês de janeiro, para os parlamentares readequarem o projeto do Orçamento da União para 2008 ao corte de R\$ 40 bilhões na arrecadação federal, decorrente da rejeição da prorrogação da CPMF pelo Senado, Alvaro Dias declarou que seu partido está disposto a trabalhar “desde que o governo não venha com uma proposta simplista de uma nova CPMF”.

Para o parlamentar, a extinção da contribuição a partir de 31 de dezembro também beneficiará os consumidores. Na sua opinião, agora os empresários, ao estabelecerem o preço de determinada mercadoria ou serviço, deixarão de embutir os valores pagos com o chamado “imposto do cheque”.

Mesquita Júnior afirma discordar de tributo avulso

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou na sexta-feira que votou contra a prorrogação da CPMF por não concordar com a aprovação de um tributo avulso. Ele disse ter deixado claro ser favorável à contribuição desde



Mesquita Júnior

que a aprovação da matéria pelo Congresso fosse submetida a posterior decisão da população, por meio de referendo.

Na opinião do parlamentar, o Brasil precisa realizar uma reforma tributária para reduzir os impostos a níveis que sejam suportáveis pela população, bem

como para disciplinar o gasto público e combater a corrupção e o desperdício. Para Mesquita Júnior, o país passa por momento que exige planejamento e definição das prioridades de investimentos do Orçamento.

A situação atual é diferente da que existia quando a CPMF foi instituída, em caráter provisório, para suprir necessidades emergenciais na área da saúde, comparou o senador, para quem os tributos devem ser discutidos de forma ampla com o governo e não podem ser aprovados de maneira “precária”.



FOTOS: GERALDO MAGELA

Heráclito Fortes (D), na foto com Mão Santa e Paulo Paim, propõe volta da contribuição se o governo iniciar reforma tributária

Heráclito aceita discutir CPMF por mais um ano

A cobrança da CPMF por mais um ano, desde que atrelada a um compromisso do governo de enviar ao Congresso a reforma tributária a fim de ser discutida nos primeiros três meses de 2008, foi idéia defendida pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI) na sexta-feira. O parlamentar pelo Piauí afirmou que a proposta não é nova e é copiada do próprio PT quando este ainda era partido de oposição.

– É a luta pela diminuição da carga tributária. Tomamos a bandeira do PT quando era oposição. Copiar o que é bom não faz mal a ninguém. A reforma tributária perfeita é a que pese

menos no bolso do povo e atente mais para as questões sociais – destacou o senador.

Segundo Heráclito, o erro do governo, que culminou na rejeição pelo Senado da prorrogação da CPMF, foi tentar desmoralizar a oposição, não negociando diretamente com ela.

– O mal do governo foi não querer a discussão institucional por meio das lideranças partidárias. Ele quis criar conflitos, procurando diretamente os governadores e apresentando um pacote fechado – analisou Heráclito, que defende uma reforma tributária “que seja boa para todos”.

Paim: 100% para a saúde podem viabilizar tributo

Paulo Paim (PT-RS) afirmou na sexta-feira que, se o governo reapresentar ao Congresso proposta que assegure repasse de 100% da CPMF para a saúde, terá o apoio de mais de 50 senadores. A proposição deveria garantir ainda, acrescentou o senador, a redução gradual da alíquota e a isenção do tributo para quem ganha até R\$ 2.800 mensais; impedir a desvinculação de recursos da educação; e defender a reforma tributária em 2008. Paim disse que votou a favor da CPMF inclusive no governo de Fernando Henrique, quando os partidos hoje na oposição estavam no poder, porque entendeu que era importante para os programas sociais e para ajudar no combate à sonegação.

Para Mão Santa, fim de contribuição pode gerar riqueza

O senador Mão Santa (PMDB-PI) contestou da tribuna, na sexta-feira, os argumentos de que a extinção da CPMF vai significar um desastre para o país. Ao contrário, afirmou, os recursos vão deixar de ir para a mão dos “alopradados” e passar a circular na economia, movimentando as atividades e gerando mais riqueza. Dessa forma, como observou, será ampliada a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com ganhos de receita para os estados e os municípios.

Depois de criticar o governo, o senador disse estar disposto ao diálogo, com o objetivo de se criar agora uma “lei boa e justa para a saúde”. Ele lamentou a carga tributária no país, observando que pesam sobre a sociedade 75 tributos.

PEC que muda tramitação de vetos está na pauta do Plenário

Os vetos do presidente da República a projetos do Congresso deverão ser votados separadamente no Senado e na Câmara, conforme estabelece proposta de emenda à Constituição de Marco Maciel (DEM-PE) que será votada em primeiro turno pelo Senado nesta terça-feira.

A proposição é uma das 13 PECs que constam da pauta do Plenário. De acordo com a medida (PEC 57/05), os vetos serão apreciados dentro de 30 dias a contar do seu recebimento. Os vetos encaminhados anteriormente à data em que a medida en-

trar em vigor ainda deverão ser apreciados em sessão conjunta das duas Casas, só podendo ser rejeitados pela maioria absoluta dos parlamentares. A PEC foi aprovada pela Comissão de Justiça (CCJ), tendo como relatores Ramez Tebet – já falecido – e Adelmir Santana (DEM-DF).

O primeiro item da pauta é a PEC 48/03, de autoria de Antonio Carlos Magalhães, já falecido, que altera o prazo e a forma de aplicação de recursos na irrigação.

Os senadores votarão também o substitutivo ao PLC 12/00, complementar, que es-

tabelece diretrizes gerais para a instituição, pelo Executivo, de um programa nacional de habitação para mulheres com renda familiar de até três salários mínimos e únicas responsáveis pelo sustento da família.

O PLC 7/03, outro item da pauta, cria regras para operação de leasing de veículos, determinando que o arrendatário que quitar o pagamento de um automóvel receberá a documentação em 30 dias, e a empresa que descumprir o prazo vai pagar multa.

Entre os demais projetos estão o PLC 1/06, que acrescenta o planejamento fami-

liar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde; e o PLC 103/05, que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a emprego. Também está na pauta o PLC 111/05, que cria a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde, já aprovado na forma de substitutivo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto, entre outras medidas, propõe a adoção de incentivos que facilitem o acesso ao protetor, bloqueador ou filtro solar.

PRESIDÊNCIA Segundo novo presidente, recuperar imagem do Senado será resultado do esforço de todos os partidos

Eleito, Garibaldi quer unir para mudar

Em uma sessão tranqüila e rápida, por conta do consenso em torno de seu nome, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elegeu-se na quarta-feira passada para cumprir um mandato tampão como presidente do Senado até 1º de fevereiro de 2009. Os 68 votos favoráveis, com 8 contrários e 2 abstenções, asseguram a ele o respaldo para cumprir o que

considera sua meta prioritária, e exigência dos colegas: recuperar a imagem da instituição perante a sociedade, depois das sucessivas denúncias e dos processos por quebra de decoro parlamentar que levaram à renúncia o presidente Renan Calheiros (PMDB-AL), há menos de duas semanas.

Senador pela segunda vez, político com uma extensa carreira tanto no Legislativo como no Executivo

(veja biografia na página ao lado), Garibaldi tornou-se o 61º presidente do Senado – o primeiro potiguar – e vai ocupar o cargo que já pertenceu a vultos históricos como Prudente de Moraes, Afonso Pena, Nereu Ramos e João Goulart.

Após ter o seu nome confirmado pelo Plenário, Garibaldi anunciou que vai reunir-se nesta semana com os líderes partidários para definir as prioridades da gestão. A tendência é que, com a rejeição da prorrogação da CPMF, e o conseqüente adiamento da votação do Orçamento de 2008 para fevereiro, a pauta se concentre em temas como a mudança do rito de apreciação de vetos presidenciais pelo Congresso Nacional, do qual o senador também é presidente.

Foi um pleito sem concorrentes, já que, como prega a tradição política da Casa, o cargo sempre cabe ao partido com a maior bancada – no caso, o PMDB, que tem 20 das 81 cadeiras do Senado.

O presidente interino Tião Viana (PT-AC) – que ocupou o cargo durante 63 dias – comandou a sessão pública, que registrou apenas três ausências.



Garibaldi (C) é cumprimentado pelos colegas após ser eleito presidente do Senado com apoio de governistas e da oposição

Um presidente para equilibrar forças políticas

O recado do novo presidente foi claro. Garibaldi Alves Filho quer que o trabalho de recuperação da imagem do Senado seja resultado do esforço conjunto de todos os partidos, por isso a ênfase na união e no diálogo com as lideranças. Sob sua gestão, garantiu, será construída uma relação de “independência e harmonia” com o Poder Executivo, diante do qual ele pretende ter “autonomia, o que

não significa confronto”.

– Vou ser presidente do Senado, e o Senado tem governo e oposição. Vou procurar equilibrar esse trabalho para que nenhum senador possa se sentir frustrado durante minha gestão. Se eu conseguir esse consenso, vou ter mais autoridade para realizar as coisas, juntamente com as lideranças, do que se partirmos para uma disputa. Melhor será unirmos

todas as bancadas em torno desse programa que vamos discutir e aprofundar – declarou.

Outro ponto que, para ele, não pode ser mais postergado é dar transparência adequada à prestação de contas da instituição, considerada “uma das medidas mais reclamadas pela população”. Garibaldi anunciou que pretende se empenhar na divulgação de informações sobre as verbas gastas pelos gabinetes dos senadores, pois, para ele, a questão central é a disparidade entre salários e vencimentos (que incluem outras vantagens).

Pragmático, o novo presidente recomendou cautela, “em respeito ao cidadão”, na análise das medidas a serem tomadas, e admitiu que elas podem causar polêmica.

– A imagem da Casa não vai melhorar da noite para o dia. Vou enfrentar resistências. Não sou um cavaleiro andante – disse Garibaldi, assegurando que reajuste de salário para os parlamentares não faz parte de suas prioridades.



Acompanhado por Michel Temer (E), Valdir Raupp e Roseana Sarney, o recém-eleito Garibaldi Alves visita o presidente Lula

Batalha maior foi na própria bancada

Para chegar à sessão da última quarta-feira na condição de virtual presidente eleito do Senado, Garibaldi Alves Filho precisou costurar apoios e demonstrar à maioria dos colegas que seus compromissos com o resgate da imagem da instituição são prioridade na sua agenda de trabalho. O primeiro passo, e certamente o mais difícil, foi vencer o embate interno dentro do PMDB, que por ser o partido com a maior bancada na Casa tinha o direito de indicar o candidato ao cargo.

A princípio, cinco senadores do partido postulavam a indicação. Leomar Quintanilha (TO), Neuto de Conto (SC) e Valter Pereira (MS) apresentaram suas

candidaturas. No fim da semana passada, surgiu um quinto nome, o de Pedro Simon (RS), empurrado pelo apoio formal de 28 parlamentares de vários partidos.

Após uma semana, a disputa chegou à reunião da bancada restrita a três nomes: Garibaldi, Simon e Neuto de Conto, que abriu mão minutos antes do início da votação. Assim, com 13 votos contra 6 dados a Simon, o senador potiguar obteve o aval do partido para disputar, no Plenário, o cargo mais importante da Casa.

A essa altura, Garibaldi já recebera declarações favoráveis à sua postulação dos principais partidos de oposição. O líder do

PSDB, Arthur Virgílio (AM), lhe entregou uma carta de princípios, com a qual o candidato imediatamente se comprometeu.

– Uma coisa é clara: temos um compromisso com a Casa, e tenho certeza de que em torno desta carta não vamos divergir – declarou o peemedebista.

Entre os pedidos do PSDB está o empenho para que o presidente lute pelas reformas política e partidária e cobre do Executivo o envio ao Congresso Nacional da proposta de reforma tributária.

Após a vitória de Garibaldi no Plenário, Simon o elogiou e reconheceu ter “divergências profundas” com a atual direção do PMDB.



Neuto de Conto (E) e Pedro Simon na reunião da bancada do PMDB que definiu o nome do candidato do partido à Presidência



O líder do PMDB, Valdir Raupp (E), comanda a eleição interna. Antes do encontro, eram quatro senadores na disputa



Tião Viana, presidente interino da Casa por 63 dias, ao lado de Efraim (E), Magno Malta e César Borges, dirige a sessão plenária



Painel do Senado anuncia o registro de 68 votos favoráveis ao nome de Garibaldi Alves, 8 contrários e 2 abstenções



Garibaldi e Sarney: novo presidente agradeceu no discurso de posse papel desempenhado pelo representante do Amapá

PRESIDÊNCIA Vasto currículo político foi um dos motivos para consenso responsável pela eleição do senador

Experiência é trunfo para a tarefa



O ex-presidente do Senado Renan Calheiros cumprimenta Garibaldi pela conquista do cargo mais importante da Casa



Cumprimentado por Garibaldi, Tião Viana despede-se da interinidade nas duas licenças de Renan e após sua renúncia



Apenas três dos 81 membros da Casa se ausentaram da sessão plenária que elegeu o senador potiguar para a Presidência



Garibaldi fala à imprensa sobre metas como presidente: transparência à prestação de contas do Senado é inadiável



Renan Calheiros e Tião Viana conversam no Plenário: presidência dos trabalhos já está nas mãos de Garibaldi

Ao novo presidente do Senado certamente não falta experiência política e administrativa. Nascido há 60 anos em Natal, o bacharel em Direito que abriu mão da carreira de advogado para abraçar a de jornalista, Garibaldi Alves Filho iniciou sua vida pública há 41 anos, como chefe da Casa Civil da prefeitura da capital potiguar. Pai de dois filhos, vem desde então conquistando nas urnas sucessivos mandatos legislativos e executivos: quatro de deputado estadual, dois de governador, dois de senador e um de prefeito de Natal.

Em 2006, como relator da CPI criada para descobrir as relações financeiras de empresários, políticos e autoridades com o jogo do bingo, Garibaldi elaborou e viu aprovado um parecer com 1.430 páginas, resultado de 12 meses de investigações. Múltiplos escândalos foram apurados pela comissão, que deu dores de cabeça não apenas às 79 pessoas citadas no relatório pela prática de supostos crimes. Também a base governista mostrou desagrado com a atuação abrangente do colegiado, a ponto de apelidá-lo de "CPI do Fim do Mundo".

Peemedebista histórico, em sua produção legislativa Garibaldi ofereceu propostas que vão desde



Garibaldi Alves já assumiu quatro mandatos de deputado estadual, dois de governador, dois de senador e um de prefeito de Natal

a questão do salário mínimo até novas regras para a concessão do seguro-desemprego, passando por normas que tratam da isenção de imposto de importação e das contribuições previdenciárias.

Resultado de sua experiência à frente da CPI dos Bingos, o senador

apresentou em 2007 um projeto de lei (PLS 359/07) para regulamentar essa atividade no país. Convicto de que a tendência mundial é pela legalização desse tipo de jogo de azar, ele acredita que a medida reduzirá a influência do crime organizado sobre o setor.



Arthur Virgílio pede apreciação de vetos presidenciais e reformas, enquanto José Agripino aconselha ação isenta e altiva. Ideli destaca que qualidade fundamental será a de coordenar



Líderes fazem elogios e cobranças

Elogios e cobranças. As primeiras horas de Garibaldi Alves Filho na Presidência foram marcadas por um misto de discursos exaltando suas qualidades de político e parlamentar e lembrando ao vencedor que o seu compromisso principal é com a recuperação da imagem e a valorização do Senado como instituição essencial no regime político brasileiro. Dos líderes da oposição aos colegas do partido, todos destacaram que o novo presidente reúne condições para levar adiante a tarefa.

Primeiro líder partidário a falar depois de anunciado o resultado da votação, o senador tucano Arthur Virgílio (AM) se mostrou confiante em que, no exercício da Presidência, Garibaldi irá honrar os compromissos contidos na carta pela qual a bancada do PSDB declarou apoio à sua candidatura. Entre as reivindicações estão a convocação do Congresso Nacional para votar os vetos presidenciais e o encaminhamento das reformas política, partidária e tributária.

– Espero que o novo presidente do Senado seja parecido com aquele senador que atuou, como relator, na CPI dos Bingos:

honrado e sempre buscando a verdade dos fatos de forma clara e com independência. Se isso ocorrer, não tenho dúvida de que o senador Garibaldi, que possui bom trânsito tanto na base do governo quanto na oposição, terá no PSDB uma bancada de aliados – anunciou Arthur Virgílio.

Para o líder do DEM, José Agripino (RN), Garibaldi assume o cargo em um momento de "extrema tensão enfrentado pela Casa". Mas, após aconselhar o novo presidente a agir com isenção e altivez no exercício da função – "sempre buscando o melhor para o Legislativo", como disse –, Agripino afirmou que Garibaldi Alves, eleito com votos tanto do governo quanto da oposição, tem tudo para recuperar "a dignidade do Senado".

Já a líder da base governista, Ideli Salvatti (PT-SC), saudou o novo presidente e desejou-lhe sucesso no cargo, destacando que a qualidade mais importante a ser exercida por Garibaldi, "legitimado por 68 votos", será a de coordenação, já que o Senado é hoje uma Casa com muitas comissões em funcionamento. Ideli também elogiou a atuação de Tião Viana (PT-AC) como

interino na Presidência.

A senadora não deixou de criticar o que chamou de "coibiça" em torno da sucessão de Renan Calheiros (PMDB-AL), responsável, segundo ela, pela crise vivida no Senado nos meses recentes. A corrida sucessória (ainda que não oficial) deflagra com os processos por quebra de decoro parlamentar contra Renan aprofundou as divisões na Casa.

– A coceira por essa cadeira acirrou ânimos, apetites e a disputa interna. Essa não era a questão mais falada, mas não tenho dúvida de que era a questão mais ansiada e desejada, e foi responsável por muito do que nós passamos – avaliou Ideli.

Falando em nome de seu partido, Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse a Garibaldi que ele representa "não só o sentimento necessário à unidade do Senado para conduzir não os interesses do governo nem da oposição, mas os interesses do Brasil".

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que teve "a honra de votar" no nome de Garibaldi Alves para presidente da Casa, mas reiterou as restrições que tem aos atuais líderes do seu partido.

PLENÁRIO Governo perde batalha crucial por apenas quatro votos e fica sem R\$ 40 bilhões de arrecadação

Senado derruba CPMF mas prorroga DRU

A proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorrogava até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi derrotada no Plenário do Senado no início da madrugada de quinta-feira. Como se tratava de uma PEC, seriam necessários três quintos dos votos dos senadores (49 votos) para aprová-la. Mas o placar ficou em 45 votos a favor e 34 contra a prorrogação. A Desvinculação de Receitas da União (DRU), constante da mesma PEC, foi aprovada por 60 votos a 18, em primeiro turno.

Com esse resultado, a cobrança da taxa de 0,38% sobre a maioria das transações bancárias deixa de ser feita a partir do dia 1º de janeiro de 2008. O governo poderá tentar recriar a contribuição, de modo a contar com uma receita de cerca de R\$ 40 bilhões anuais. Para isso, deverá enviar uma nova PEC, cuja tramitação começará novamente da Câmara – como

ocorreu com a proposta derrubada na semana passada.

A aprovação da DRU foi conseguida com argumentos de que o mecanismo permite a reserva de recursos para o superávit fiscal, equilibrando as contas públicas e garantindo, portanto, a confiança dos investidores.

– Sem a DRU, comprometemos a estabilidade econômica – argumentou o senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Para os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do DEM, José Agripino (RN), a DRU desvia para o pagamento da dívida recursos que poderiam ser investidos na saúde, mas liberaram o voto das bancadas.

Nem carta de Lula convence senadores

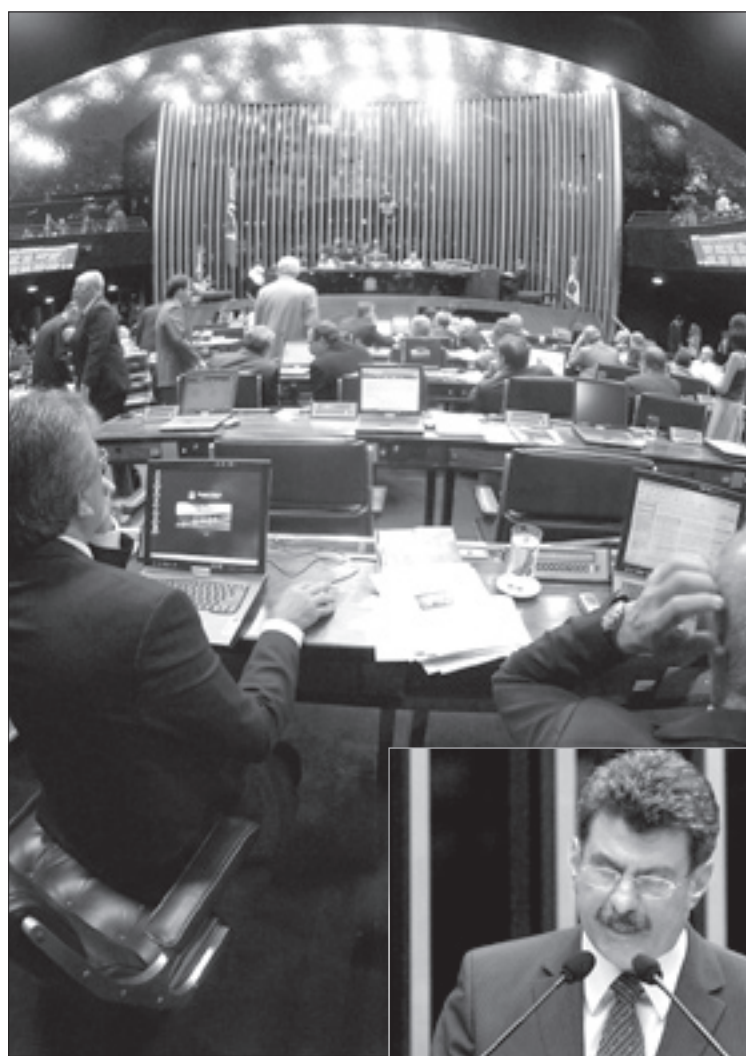
A sessão foi marcada pelos apelos veementes em favor da CPMF. Às 22h30, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), leu da tribuna duas cartas: uma assinada pelos ministros da Fazenda, Guido

Mantega, e das Relações Institucionais, José Múcio; a outra, pelo próprio presidente Lula.

Os ministros propunham dois caminhos de negociação: um seria o aumento dos gastos com a saúde para R\$ 29 bilhões, e não mais R\$ 24 bilhões, conforme sugestão do Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A CPMF seria prorrogada por um ano apenas, enquanto se discutisse uma proposta de reforma tributária.

O outro caminho seria o aumento gradual da parcela da CPMF com a saúde até atingir, em quatro anos, o total da arrecadação. Nessa hipótese, a CPMF seria prorrogada por quatro anos.

A ideia de Jucá era interromper a votação para retomar as negociações no dia seguinte. Mas o DEM e o PSDB recusaram esse entendimento, mantendo posição favorável à votação ainda na noite de quarta. À 0h55, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, colocou a matéria em votação. E o governo foi derrotado.



MOREIRA MARIZ



LEOPOLDO SILVA

Sessão longa varou a madrugada. Jucá leu cartas de ministros e do próprio Lula, mas não evitou a derrota

DRU dá mais liberdade ao governo para usar receita

A mesma PEC que prorrogava a CPMF também estendia a validade do mecanismo que permite ao governo usar da maneira que julgar melhor 20% das receitas da União oriundas de impostos e contribuições. É a chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU), que valerá até 2011.

A DRU dá mais liberdade para o Executivo distribuir os recursos do Orçamento, modificando a proposta aprovada pelo Congresso Nacional. Segundo o governo, a DRU envolve 58% das verbas que a União tem liberdade de gastar.

Além de dar maior flexibilidade para a alocação de recursos públicos, a DRU não afeta as transferências constitucionais para estados e

municípios – cujas principais fontes de receita são o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda –, uma vez que a desvinculação é feita após os cálculos das transferências.

As vinculações de recursos do Orçamento cresceram ao longo do tempo e levaram o governo a endividar-se no mercado para poder pagar despesas obrigatórias, mesmo dispondo de recursos em outros itens orçamentários. Foi por esse motivo que, em 1994, o Executivo enviou ao Congresso uma PEC autorizando a desvinculação de 20% de todos os impostos e contribuições federais que formavam uma fonte de recursos para serem aplicados livremente.

Tributo completou 14 anos

A CPMF teve origem em 1993, com o nome de IPMF, e ganhou o formato atual três anos depois. Desde sua instituição até hoje, estima-se que a CPMF tenha rendido aos cofres públicos perto de R\$ 225 bilhões.

Ano	Decisão	Destinação	Alíquota
1993	Criação do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira). A cobrança do IPMF vigorou até dezembro de 1994.	Aumento da arrecadação do Estado em face da crise financeira em que se encontrava o país	0,25%
1996	Aprovação da emenda constitucional que criou a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que passou a vigorar no início de 1997 e nunca mais foi revogada. O então ministro da Saúde, Adib Jatene, foi o principal defensor da contribuição.	Investimentos na área de saúde	0,20%
1999	Prorrogação por 36 meses da cobrança da CPMF com aumento de alíquota e ampliação da destinação.	Investimentos na área de saúde e despesas de custeio da Previdência Social	0,38% nos primeiros 12 meses e 0,30% no período restante
2001	Elevação da alíquota da CPMF em 0,08%, verba destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Foi previsto ainda que a alíquota deveria ser reduzida para apenas 0,08% em 2004.	Fundo Nacional de Saúde (0,20%); Previdência Social (0,10%); Fundo de Erradicação da Pobreza (0,08%)	0,38%
2004	Ao contrário do prometido em 2001, a CPMF foi reinstituída com alíquota de 0,38% até dezembro de 2007.	Fundo Nacional de Saúde (0,20%); Previdência Social (0,10%); Fundo de Erradicação da Pobreza (0,08%)	0,38%

O painel aponta que às 21h01 ocorria intensa negociação entre lideranças do governo como Aloizio Mercadante (foto à esquerda), Romero Jucá (foto à direita), e as bancadas da oposição, o que não evitou o fim da CPMF



LEOPOLDO SILVA

LEOPOLDO SILVA



MOREIRA MARIZ



GERALDO MAGELA



LEOPOLDO SILVA

PLENÁRIO Senadores contrários à CPMF criticam postura do governo e dizem que economia pode viver sem ela

Oposição comemora fim do tributo

Um dos maiores opositores da CPMF, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) recomendou à sua bancada que votasse contra a cobrança da CPMF. Segundo o líder do PSDB, o governo chantageou a oposição ao afirmar que a extinção da contribuição iria "acabar com o país, iria acabar com a saúde".

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), foi o melhor momento para extinguir o tributo, tendo em vista a ocorrência de equilíbrio fiscal e orçamentário, superávit comercial e excesso de arrecadação, "com mais de R\$ 60 bilhões excedente". Antes do resultado da votação, ele argumentou que o governo não enviaria ao Congresso um novo modelo tributário se tivesse assegurada a arrecadação com a CPMF.

Na avaliação de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o tributo reforça a atual carga tributária, que classificou de "brutal e estúpida". Para José Agripino (DEM-RN), o governo deveria concentrar esforços na elaboração de uma reforma tributária para desen-

volver o país. – A redução do número de impostos vai tornar o Brasil mais atraente e aproximá-lo de países que atualmente sobem no ranking internacional de competitividade, como Rússia, Índia e China – disse.

Já Kátia Abreu (DEM-TO) justificou a posição contrária ao tributo citando pesquisa elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), segundo a qual o brasileiro que ganha dois salários mínimos, após comprar em supermercados ou adquirir roupas e remédios, recolhe R\$ 387 em impostos indiretos, o que representaria 51% de seu salário.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) lembrou que, em 2003, ao aprovar outra proposta de prorrogação da CPMF, foi discutida com o governo uma proposta de redução da carga tributária que incluía a redução gradual do tributo caso ocorressem fatos como a melhoria na relação entre dívida e produto interno bruto (PIB).

Simon é criticado por pedir tempo para analisar novas propostas

LEOPOLDO SILVA



Simon alegou que, mesmo chegando em cima da hora, as cartas deveriam ser analisadas

Pouco depois da meia-noite, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu mais tempo para analisar as propostas feitas pelo governo em cartas enviadas ao Senado na noite de quarta-feira. Na avaliação de Simon, mesmo que as cartas tenham chegado na última hora ao Plenário do Senado, mereciam ser levadas em conta pelos senadores em razão da relevância do conteúdo.

– O mínimo que temos que fazer é levar esse documento para casa e debater. Se não der nada, vamos votar – sugeriu.

Arthur Virgílio criticou duramente Simon por justificar o seu voto, que seria favorável à pror-

rogação. Sentindo-se agredido, Simon voltou à tribuna para se defender.

Houve tumulto no Plenário e os líderes governistas apoiaram as palavras de Simon. Já o líder do DEM, José Agripino (RN), disse que se houvesse o adiamento da votação, as relações entre seu partido e o governo azedariam definitivamente.



MOREIRA MARIZ

Ao centro, Agripino Maia e Arthur Virgílio, líderes do DEM e do PSDB: batalha por votos

Governistas se revezam na tribuna em defesa da PEC

Na longa sessão da quarta-feira, senadores da bancada do governo se revezaram na tribuna para apresentar argumentos favoráveis à prorrogação da CPMF.

O líder do PCdoB, Inácio Arruda (CE), afirmou que retirar do Orçamento os R\$ 40 bilhões arrecadados anualmente com a cobrança seria votar contra o Brasil. Gerson Camata (PMDB-ES) e Sibá Machado (PT-AC) compararam o tributo ao personagem inglês Robin Hood, que roubava dos ricos para dar aos pobres.

Tião Viana (PT-AC) argumentou que a CPMF seria essencial para a prestação de serviços como exames laboratoriais e transplantes, e Magno Malta (PR-ES) disse que ela é importante para o financiamento de hospitais. A área da saúde consome 1,7% do PIB – acima da receita da contribuição, que representa 1,4% do PIB –, observou Valdir Raupp (PMDB-RO).

Segundo Fátima Cleide (PT-RO) e Wellington Salgado (PMDB-MG), a eliminação da cobrança

poderia prejudicar a manutenção do sistema de saúde nos estados e o programa Bolsa Família. Renato Casagrande (PSB-ES) ressaltou que havia disposição do governo de direcionar toda a arrecadação para a saúde.

Conforme Delcídio Amaral (PT-MS), seria "uma verdadeira insensatez rejeitar a proposta". Ideli Salvatti (PT-SC) disse que, sem a CPMF, o ritmo de crescimento da economia poderá ser mais lento. Para Epiácio Cafeteira (PTB-MA), a contribuição "fiscaliza sonegadores e tem caráter humanitário, pois financia a saúde pública".

Francisco Dornelles (PP-RJ) lembrou que a isenção para quem ganha até R\$ 2,9 mil beneficiaria 30 milhões de pessoas. Paulo Paim (PT-RS) afirmou que os governadores e secretários de Saúde de todos os estados pediram a manutenção da CPMF.

Serys Silhessarenko (PT-MT) destacou que o tributo é essencial para a redistribuição de renda e a manutenção de programas sociais.

Números da CPMF

Arrecadação total da CPMF desde a sua criação, em 1996: **R\$ 201,2 bilhões**

R\$ 33,5 bilhões foram desviados da função de financiar o setor da saúde só na última década

R\$ 35 bilhões é a previsão de arrecadação da CPMF em 2007

R\$ 23,3 bilhões da CPMF devem ser destinados à saúde e à previdência social em 2007

R\$ 32,9 bilhões foram gerados com a CPMF apenas em 2006

R\$ 5,7 bilhões da CPMF ficaram retidos no caixa no Tesouro Nacional só em 2006. A quantia equivale ao dobro dos investimentos da pasta da Saúde em 2006

216,1% foi o crescimento da receita gerada pela CPMF entre 1998 e 2006, enquanto o montante de tributos administrados pela Receita Federal evoluiu apenas **78,4%** no mesmo período, em termos reais.

Fonte: Siafi

Ao lado, Perillo, Agripino, Antonio Carlos e Jayme Campos e Garibaldi acertam detalhes da sessão; marcada por negociações, como a de Lobão, Tião Viana e Jucá, e embates, como o de Virgílio e Simon (abaixo); no fim, lamentos de uns, comemoração de outros



GERALDO MAGELA



LEOPOLDO SILVA



LEOPOLDO SILVA



LEOPOLDO SILVA



MOREIRA MARIZ

COMISSÕES



O presidente da CMO, senador José Maranhão (E), e o relator-geral, deputado José Pimentel

Votação do Orçamento será em fevereiro

O Orçamento de 2008 deve ser votado na segunda semana de fevereiro. O acordo foi feito em reunião entre os presidentes do Senado, Garibaldi Alves Filho; da Câmara, Arlindo Chinaglia; e da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB); além do relator do Orçamento, deputado José Pimentel (PT-CE).

Segundo Chinaglia, não há tempo hábil para se votar o Orçamento ainda este ano devido aos ajustes que precisam ser feitos em função do corte de R\$ 40 bilhões referentes aos recursos que viriam da arrecadação da CPMF.

A CMO decidiu terminar as votações dos relatórios setoriais esta semana. Maranhão convocou reunião para terça-feira, para

discussão e votação dos últimos três relatórios – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, Infra-Estrutura e Integração Nacional e Meio Ambiente. Depois disso, caberá a José Pimentel juntar os dez relatórios em apenas um documento, ocasião em que ele executará os cortes para adaptar o projeto ao fim da CPMF.

Apesar do atraso na votação do orçamento, os gastos obrigatórios do governo nos primeiros meses de 2008 (pessoal, custeio, juros) serão liberados normalmente. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autoriza a União a gastar um doze avos por mês da proposta original de orçamento que chegou ao Congresso.

Chinaglia também informou que, dessa forma, não haverá

autoconvocação do Congresso.

Os ajustes, afirmou Pimentel, precisarão ser feitos com os três Poderes e o Ministério Público. Ele explicou que 91% dos recursos do Orçamento se referem a verbas vinculadas, e que o corte de R\$ 40 bilhões terá que ser feito nos R\$ 129 bilhões de receita discricionária, de livre utilização.

Maranhão anunciou ainda que o governo não irá retirar o Orçamento da pauta do Congresso. Os ajustes serão feitos pela CMO, em conjunto com todos os setores envolvidos, explicou. A intenção de retirar o Orçamento da pauta foi anunciada na sexta-feira pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. O DEM ameaçou entrar com uma ação na Justiça alegando inconstitucionalidade do procedimento.

Parlamentares querem receber demonstrativo dos projetos

O deputado Wanderley Marcris (PSDB-SP) solicitou à CMO providências para que os parlamentares recebam dos órgãos setoriais que integram o sistema de planejamento e de orçamento federal demonstrativo com a relação dos projetos de grande vulto incluídos na proposta orçamentária da União para 2008.

O pedido foi feito por meio de questão de ordem apresentada pelo deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE) durante a discussão do relatório setorial da área de Integração Nacional e Meio Ambiente. No texto, o relator dessa área confirma que não havia recebido o demonstrativo.

Dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008 previa que o encaminhamento do demonstrativo à comissão ocorresse até 30 dias depois do envio do projeto orçamentário ao Congresso Nacional – ocorrido em 31 de agosto.

Para Maranhão, denúncias atingem o Executivo

O Legislativo está fora do alcance das denúncias veiculadas na imprensa sobre obras incluídas no projeto da Lei do Orçamento Anual (LOA) com valores unitários acima dos preços de mercado, declarou o presidente da CMO, senador José Maranhão. Os indícios, para ele, foram “claramente” levantados contra o Executivo, que terá de esclarecer os fatos.

– Se ao menos o Congresso já tivesse concluído a votação da peça orçamentária, até se poderia dizer que teria, em tese, homologado as decisões do Executivo – alegou.

Ele coordena as discussões sobre que medidas a CMO irá adotar em resposta a denúncias do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) de que os custos unitários superam os índices apurados na própria esfera pública, como o Sinapi, que informa custos da construção civil. Obras de construção também estariam com valores unitários acima dos índices de custo.

Comissão quer fiscalização do TCU em obras da Funasa

As obras da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) executadas no âmbito do Projeto Alvorada em bairros do município de São Miguel do Guamá (PA) devem ser fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com parecer do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O pedido responde a denúncia encaminhada pela prefeitura daquele município, que realizou vistorias e constatou que as obras estão inacabadas.

O Projeto Alvorada tem a finalidade de promover melhorias sanitárias nos domicílios dos bairros Padre Ângelo e Perpetuo Socorro, o que inclui os sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário e o abastecimento de água. Flexa Ribeiro sugeriu maior aproximação do Senado com o TCU para evitar desperdício na fiscalização que cabe ao Congresso.

CAE avalia projeto que pune crimes com a informática

Está pronto para ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a três projetos que tipificam crimes cometidos com o uso de computadores e estabelecem as penas para os diversos delitos. O texto tipifica crimes cometidos com uso de informática – e não apenas da internet – como a clonagem de cartões de crédito e de telefones celulares, atos que não estão descritos pelo Código Penal. Azeredo destacou a importância da iniciativa, observando que a proposta tramita no Congresso há quase dez anos e que sua aprovação irá “cobrir uma lacuna na legislação nacional”.

O substitutivo foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e depois da CAE deverá ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, onde terá decisão terminativa.

De acordo com Azeredo, no texto final não há nada que afete a privacidade de quem usa a internet. Segundo ele, o temor da perda de privacidade dos internautas foi um “mal-entendido” que ocorreu durante a discussão da matéria e que causou grande polêmica.

No total, explicou o relator, são tipificados 11 crimes, o que exigiu a adaptação de oito instrumentos legais. Entre esses crimes estão o acesso não autorizado a rede de computadores; a interceptação ou interrupção de comunicações; a falsificação de sistemas informatizados e a divulgação ou uso indevido de informações contidas em banco de dados. O projeto pune ainda quem causar danos por difusão de código malicioso (vírus e similares), quem atentar contra a segurança de serviço de utilidade pública e quem interromper ou perturbar serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático, dispositivo de comunicação, rede de computadores ou sistema informatizado.

O texto de Eduardo Azeredo refere-se a três projetos que tramitam em conjunto: o PLS 137/00, de Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que aumenta em até três vezes as penas previstas para alguns crimes cometidos com uso de tecnologia da informação ou telecomunicações; o PLS 76/00, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que tipifica condutas praticadas com o uso de computadores e atribui as respectivas penas; e o PLC 89/03, do então deputado Luiz Piauhyllino, que altera o Código Penal e a lei que trata da inviolabilidade do sigilo nas comunicações interpessoais.



Eduardo Azeredo, relator, garante que o projeto não afeta a privacidade de quem usa a internet

Medida pune financiamento de crime organizado

O financiamento de ações do crime organizado, como nos episódios de ataque a alvos policiais e de queima de ônibus ocorridos em São Paulo, poderá ser incluído no rol de crimes previstos na lei que dispõe sobre lavagem de dinheiro, conforme emenda aprovada pela CAE. A medida altera texto que substituiu o PLS 209/03, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que amplia as punições previstas na Lei 9.613/98, para coibir a prática de lavagem de dinheiro que alimenta o crime organizado. O substitutivo obriga a instituição que atua no mercado financeiro a adotar mecanismos de controle de suas operações e a informar às autoridades sobre operações irregulares, prevendo prisão para casos de omissão, entre outras medidas.

Autorizada incorporação do Besc pelo BB

A incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) pelo Banco do Brasil (BB) foi autorizada pela CAE. Originalmente, o Besc e o Besc Crédito Imobiliário (Bescr) deveriam ser privatizados, conforme previsto no contrato assinado em setembro de 1999 – quando a União assumiu o controle dessas instituições, visando sanear o banco. Mas, após a reação contrária do governo de Santa Catarina, que em 2002 entrou com uma ação suspensiva do edital de venda, o governo federal decidiu que o BB iria incorporar essas instituições. Para viabilizar a incorporação, foi apresentado um termo aditivo no início de outubro, em cerimônia com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

RECURSOS PÚBLICOS

Mais de R\$ 161 bilhões foram autorizados pelo Congresso entre janeiro e novembro deste ano

Maioria quer adoção de sistema impositivo

Para a maioria dos senadores, a solução para os desmandos do Poder Executivo com relação à forma como gasta a sua arrecadação passa pela adoção do sistema de orçamento impositivo. Hoje, o modelo é autorizativo, ou seja, o Congresso aprova uma lei que dá ao Executivo a autorização para efetuar os gastos daquela maneira, não significando que metas e programas serão cumpridos.

Isso pode mudar se a Câmara dos Deputados aprovar a Proposta de Emenda à Constituição 565/06. A matéria recebeu apoio unânime do Plenário do Senado ao ser votada, em agosto do ano passado, e já passou pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com o aval do relator, deputado Paulo Maluf (PP-SP).

A PEC 565/06 estabelece que,

se o presidente da República não cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso, estará cometendo crime de responsabilidade e poderá ser submetido a processo de impeachment. Só em casos de dificuldades econômicas e financeiras o presidente poderá pedir aos parlamentares para cancelar ou contingenciar (adiar a execução) alguma verba do Orçamento – mesmo assim, apenas até 120 dias antes do fim do ano.

– Há uma tradição do Executivo de não respeitar a vontade do Congresso na questão orçamentária, e essa situação precisa mudar. O orçamento impositivo está na Câmara e o governo faz tudo para que os parlamentares não votem a proposta – afirma o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), cujo pai foi o autor da PEC.



Os créditos são votados em sessão conjunta do Congresso, primeiro por deputados e depois pelos senadores

O vira-e-mexe do dinheiro

Créditos suplementares aprovados por medidas provisórias = **R\$ 55,028 bilhões**
Créditos suplementares autorizados por decreto = **R\$ 67,5 bilhões**
Créditos extraordinários = **R\$ 38,926 bilhões**
Créditos especiais = **R\$ 423 milhões**
Total geral = **R\$ 161,87 bilhões**

O entra-e-sai de créditos

81 mensagens presidenciais com projetos de lei e medidas provisórias propondo créditos especiais, extraordinários ou suplementares (*)
42 créditos já transformados em lei

(*) Balanço até 27 de dezembro. Destes, quatro se referiam ainda ao Orçamento de 2006.

Frase

“A desfiguração da programação orçamentária original fica tanto maior quanto mais elevado seja o volume desses créditos [extraordinários].”

José Rui Gonçalves Rosa e Ana Cláudia C.S. Borges, consultores de Orçamento do Senado, em nota técnica sobre o tema

Oposição é a única a protestar contra excessos do governo

Apesar de o expediente de recorrer a créditos extraordinários para modificar o Orçamento ser, na prática, uma interferência do Executivo na prerrogativa constitucional do Legislativo de discutir e votar as receitas e despesas do governo a cada ano, são poucas as vezes que condenam a repetida prática. Principalmente porque, como funciona hoje, quando o Congresso tem a chance

de votar as propostas, a maior parte do dinheiro “pedido” já foi gasta pelo Executivo.

Por isso, é natural que protestos só costumem se originar nas bancadas de oposição, que em geral votam contra tais medidas, mas são sucessivamente derrotadas. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), critica o fato de os créditos extraordinários tratarem quase sempre de “recursos que já devem ter sido gastos”, pois chegam ao Congresso com a força de medidas provisórias.

Por sua vez, José Agripino (RN), líder do DEM, acredita que a necessidade de aprovação de créditos extraordinários é “produto de incompetência administrativa”, dado o volume dos recursos e o excesso de pedidos de créditos feitos pelo governo (mais de 80, em 2007).

Jefferson Péres (PDT-AM) já protestou contra a aprovação de tais pedidos, que só deveriam ocorrer, segundo a Constituição, em caso de guerra, comoção social e calamidade.



Virgílio critica os créditos extraordinários: são recursos que já deveriam ter sido gastos

Créditos desfiguram Orçamento anual

O Orçamento da União, lei discutida e votada pelo Congresso Nacional todos os anos, tem se revelado um dos mais claros exemplos do desequilíbrio de poderes entre Executivo e Legislativo no sistema político brasileiro. Se, em tese, cabe ao Parlamento, como representante do povo, a tarefa de fixar as receitas e autorizar as despesas para o governo, na prática a aprovação dos créditos especiais ao Orçamento tem a capacidade de modificar o que foi votado pelo Congresso.

Entre janeiro e novembro, o governo já obteve créditos extraordinários, suplementares e especiais (confira a diferença no Glossário) que, somados, ultrapassam a casa dos R\$ 161 bilhões. Se for considerado que os recursos destinados a

investimento, inclusive das estatais, são de cerca de R\$ 90 bilhões, dá para se ter uma idéia daquilo que vem acontecendo com a lei orçamentária anual.

– As conseqüências são nefastas. O Congresso Nacional não percebe o que está ocorrendo. Muito mais créditos adicionais tramitam por ano do que a soma de todos os outros projetos – alerta Fábio Gondim, diretor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado.

O Executivo tira proveito dessa possibilidade de remanejar, aumentar, cortar e até mesmo criar novas despesas, depois de aprovado o Orçamento, nas suas relações com os parlamentares e também com governadores e prefeitos.

– A aprovação de tais créditos – que pode ocorrer por simples

decreto, por medida provisória ou projeto de lei enviado ao Congresso – propicia ao governo uma margem gigantesca de manobra política – analisa Gondim.

Apesar disso, não houve ainda, neste ano – e são raríssimos os casos no passado –, projeto de lei ou medida provisória propondo tais créditos adicionais que tenham sido rejeitados pelo Congresso.

Os R\$ 161 bilhões podem parecer uma pequena fatia, quando confrontados com a dotação originalmente aprovada para o Orçamento deste ano, de R\$ 1,526 trilhão. Mas é preciso lembrar que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) já permite a utilização livre de 20% de toda a sua arrecadação de impostos e contribuições sociais (exceção feita ao salário-educação).

* Crédito adicional

Instrumento que altera a lei orçamentária para corrigir distorções durante a execução do Orçamento, bem como imperfeições no sistema de planejamento. Classifica-se em suplementar, especial e extraordinário. Todos são automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei (ver LDO/07, art. 63, § 9º).

Especial - destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Extraordinário - destinado ao atendimento de despe-

sas urgentes e imprevisíveis, como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Suplementar - destinado ao reforço de dotação já existente.

* Crédito orçamentário

Autorização de despesa solicitada por um governo ao Parlamento ou por ele concedida. O crédito orçamentário é portador de uma dotação - que é o limite de recurso financeiro autorizado.

Primeira lei orçamentária é de 1217, na Inglaterra

As origens do Orçamento remontam a 1217, na Inglaterra. Foi a primeira vez que a população organizou-se para impor limites ao poder discricionário do rei na cobrança de tributos e na forma como ele os gastava. Dono de todos os meios de produção (terra, mão-de-obra etc.), o soberano cobrava de quem usava suas terras para plantar ou criar rebanhos. E usava o dinheiro como quisesse.

A primeira lei orçamentária do mundo determinava então que os tributos deveriam ser “razoáveis” e que o rei não poderia usar para

qualquer coisa, fixando os casos.

– De lá para cá, tem sido sempre assim. Estado e povo estão sempre de lados opostos. O poder ilimitado é a ambição do Estado, do governo – ensina Fábio Gondim, diretor da Consultoria de Orçamentos do Senado.

No Brasil, a análise das diferentes constituições da história nacional é prova disso. Aquelas criadas durante os regimes ditatoriais não deixavam quase espaço para que o Congresso, como representante do povo, pudesse atuar na elaboração das leis orçamentárias. No

sentido oposto, as constituições democráticas, como a atual, procuravam devolver ao povo essa capacidade e restringiram o poder discricionário do governo.

O problema, acredita Gondim, é que o instituto das medidas provisórias enormemente desequilibra as relações entre os poderes, inclusive com relação ao Orçamento.

– O regime presidencialista brasileiro tem a prerrogativa de editar medidas provisórias, usadas sem nenhum critério e com claro abuso (urgência e relevância) – afirma.

HOMENAGEM Arquiteto de obras imortais como Brasília e a Pampulha faz um século de vida em plena atividade

Niemeyer, um dos cem maiores gênios

Arquiteto das curvas livres, Oscar Niemeyer completou 100 anos no último sábado, 15 de dezembro, com um legado de mais de 600 obras arquitetônicas espalhadas por todo o mundo, sendo cerca de 60 construídas só em Brasília. A capital brasileira é a grande marca do arquiteto, que, ao lado do urbanista Lúcio Costa, e a pedido do então presidente Juscelino Kubitschek, construiu de 1957 a 1960 a nova capital no interior do Brasil.

No último dia 29 de novembro,

a Câmara dos Deputados enviou à sanção presidencial o projeto de lei (PLS 80/07) do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que institui 2007 como o Ano Nacional de Oscar Niemeyer.

– Nos últimos anos, Niemeyer prosseguiu em sua trajetória febril de realizações, reafirmando sua condição de arquiteto do mundo. Seu reconhecimento em vida justifica-se por si só – afirmou.

O prédio do Congresso Nacional, construído em 1958, é, para o arquiteto, o mais belo de sua

obra. Mas as cúpulas onde estão os plenários da Câmara dos Deputados e do Senado são motivo de explicações folclóricas. Há quem diga, por exemplo, que na Câmara haveria maior ebulição e calor, típicos da agitação dos deputados, por isso seria representada pela xícara de café. E o Senado seria o pires, mostrando a calma e a serenidade dos senadores, mais sensatos, que teriam a função de esfriar os excessos de calor. Mas Niemeyer só quis destacar as duas Casas.

– Eu queria dar mais ênfase aos plenários da Câmara e do Senado, porque é neles que os assuntos são discutidos – declarou.

Mesmo exaltado em todo mundo, Niemeyer é criticado por alguns que consideram suas obras belas, mas pouco funcionais.

– Quem vem a Brasília pode gostar ou não dos palácios, mas não pode dizer que viu coisa igual em qualquer outro lugar – rebate o arquiteto, completando que em suas obras a circulação sempre ganha espaço.

Única cidade moderna do mundo com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Unesco, Brasília tem 23 monumentos de Niemeyer tombados. Entre eles o Palácio da Alvorada, a Capela Nossa Senhora de Fátima (Igrejinha), a Praça dos Três Poderes, o Congresso Nacional e seus anexos, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto.

Com 100 anos, Oscar Niemeyer ainda trabalha em projetos arrojados. O maior é o Centro Cultural Niemeyer de Avilés, na Espanha.

José Sarney celebra Oscar Niemeyer, o “poeta das formas”

O senador José Sarney (PMDB-AP) homenageou Oscar Niemeyer, pelo seu 100º aniversário. Sarney disse que o arquiteto, autor de obras admiradas em todo o mundo, “é um orgulho para o país”.

– É um poeta das formas, cuja obra passou pelo julgamento do tempo. Oscar Niemeyer é universalmente considerado o maior arquiteto do mundo contemporâneo – disse.

Na última sexta-feira, foi sancionado projeto apresentado por Sarney a pedido de Niemeyer, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Arquitetura.

Os senadores Expedito Júnior (PR-RO), Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentaram requerimento, aprovado, de voto de aplauso a Oscar Niemeyer.



Teatro Oscar Niemeyer, conhecido como Teatro Popular, em Niterói, Rio de Janeiro, é uma das recém-inauguradas obras do arquiteto

Cidadão carioca, e do mundo

1907

Nasce no Rio de Janeiro. “Nasci em Laranjeiras, na rua Passos Manuel, rua que depois recebeu o nome do meu avô Ribeiro de Almeida, então ministro do Supremo Tribunal Federal. Uma rua íngreme, tão íngreme que até hoje me espanta como a corriamos de cima para baixo jogando futebol.”

1922

Matricula-se no Colégio dos Barnabitas Santo Antônio Maria Zaccaria.

1928

Niemeyer conclui o curso secundário. Casa-se com Annita Baldo. “Em 1928, me casei com Annita Baldo, uma moça bonita, modesta, filha de imigrantes italianos, provenientes de Pádua, perto de Veneza. Nessa época eu não tinha tomado rumo certo. Ao contrário, levava vida boêmia e despreocupada e tudo me parecia bem.”

1929

Matricula-se na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. “Depois de casado comecei a compreender a responsabilidade que assumia e fui tra-

balhar na tipografia de meu pai, entrando depois para a Escola Nacional de Belas Artes.”

1934

Obtém o diploma de engenheiro-arquiteto no Rio de Janeiro.

1935

Inicia a vida profissional no escritório de Lúcio Costa e Carlos Leão.

1936

No escritório, participa da equipe do projeto do Ministério da Educação e Saúde. Conhece Le Corbusier e Gustavo Capanema. “Não queria, como a maioria dos meus colegas, me adaptar a essa arquitetura comercial que vemos aí. E apesar das minhas dificuldades financeiras, preferi trabalhar, gratuitamente, no escritório do Lúcio Costa e Carlos Leão, onde esperava encontrar as respostas para minhas dúvidas de estudante de arquitetura. Era um favor que eles me faziam.”

1939

Viaja com Lúcio Costa para projetar o Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York.

Conjunto da Pampulha Belo Horizonte - 1940



Igreja de São Francisco - “Era um protesto que eu levava como arquiteto, de cobrir a igreja da Pampulha de curvas, das curvas mais variadas, essa intenção de contestar a arquitetura retilínea que então predominava.”



1940

Conhece o prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek, que o convida a projetar o conjunto da Pampulha.

1945

Ingressa no Partido Comunista Brasileiro.

1946

Convidado a dar um curso na Universidade de Yale, nos EUA, tem seu visto de entrada cancelado.

1947

Obtida a permissão de estada nos Estados Unidos, viaja a Nova York para desenvolver o projeto da sede da ONU.

1951

Projeta os conjuntos Ibirapuera e Copan, em São Paulo.

1952

Projeta sua residência na Estrada das Canoas, no Rio de Janeiro.

1954

Viaja pela primeira vez à Europa, quando participa do projeto para reconstrução de Berlim.

1955

Funda a revista *Módulo*, no Rio de Janeiro.

Assume a chefia do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap, responsável pela construção de Brasília.

1956

É encarregado de organizar o concurso para escolha do Plano Piloto de Brasília, participando também da comissão julgadora.

1957-58

Projeta o Palácio da Alvorada em Brasília e os principais prédios da nova capital.

1961

Publica *Minha experiência em Brasília*.

1962

É nomeado coordenador da Escola de Arquitetura da recém-criada Universidade de Brasília (UnB). Viaja ao Líbano para projetar a Feira Internacional e Permanente.

1964

Viajando a trabalho para Israel, é surpreendido pela notícia do golpe militar no Brasil. Retorna ao país em novembro, quando é chamado pelo Dops para orestar depoimento. “Mas durante a ditadura, tudo foi diferente. Meu escritório foi saqueado e o da revista *Módulo*, que dirigia, semidestruído. Meus projetos pouco a pouco começaram a ser recusados. ‘Lugar de arquiteto comunista é em Moscou’, desabafou um dia à imprensa o ministro da Aeronáutica.”

Catedral

Brasília - 1958



“Na Catedral, por exemplo, evitei as soluções usuais das velhas catedrais escuras, lembrando pecado. E, ao contrário, fiz escura a galeria de acesso à nave e esta, toda iluminada, colorida, voltada com seus belos vitrais transparentes para os espaços infinitos.”

HOMENAGEM Mestre das curvas e premiado mundialmente, Niemeyer evita badalações e viagens de avião

“Arquitetura não é o mais importante”

O s 100 anos de Oscar Niemeyer foram comemorados pelo arquiteto com a recepção dos amigos durante todo o dia 15 de dezembro, na Casa das Canoas, que ele construiu em 1952, no Rio de Janeiro, onde morou com a família. Uma celebração discreta, bem ao estilo do arquiteto pouco afeito às viagens de avião e badalações. Apesar da notoriedade que a arquitetura lhe proporcionou, as preocupações do comunista Niemeyer sempre ficaram mais voltadas para a resolução dos problemas sociais.

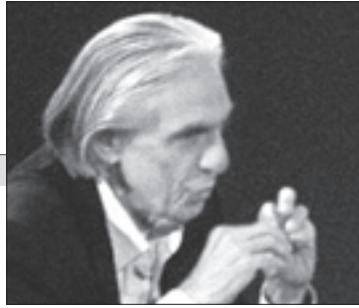
– A arquitetura não é o mais importante. Arquiteto que se preza luta contra a pobreza, contra as diferenças sociais. A idéia de nacionalismo e patriotismo também pesam muito – afirma. Com muita franqueza e luci-

dez, Niemeyer diz que o mais importante na vida são os amigos, e reserva tempo especial para os bate-papos, a leitura e as aulas de filosofia e cosmologia.

– Eu acho mais importante um jovem estar nas ruas brigando por direitos do que eu fazer arquitetura. Basta olhar para o céu para vermos como somos pequeninos, temos de ser modestos, senão é ridículo demais – filosofa, em entrevista concedida à TV Senado para o documentário Niemeyer por Niemeyer.

Em uma lista dos cem maiores gênios vivos, feita pela empresa de consultoria Synectics, o ar-

JOÃO QUARESMA/FOLHA IMAGEM



A arquitetura do Oscar nasce da de Le Corbusier nos seus elementos básicos. Extraordinário é que ele aprende a lição e, em seguida, faz uma coisa que é a negação dos dados fundamentais daquela arquitetura de Le Corbusier.

Ferreira Gullar, poeta, sobre Le Corbusier e o prédio da ONU

quiteto aparece em nono lugar. Foram muitos os prêmios que recebeu, entre eles, o Prêmio Pritzker de Arquitetura, dos Estados Unidos, e o Royal Gold Medal do Royal Institute of British Architects, além das exposições internacionais exclusivas de suas obras.

“Um dia me aparece um rapaz, recém-casado, com uma filhinha, que queria uma oportunidade no meu escritório. Eu percebi que ele era uma pessoa especialmente dotada e procurei dar toda a força a ele. As oportunidades foram surgindo”, contou em uma entrevista o urbanista Lúcio Costa (1902-1998), criador do Plano Piloto de Brasília.

A primeira grande obra de Niemeyer foi o conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte,

a convite do então prefeito Juscelino Kubitschek, que depois o colocou na rota de Brasília.

– De Pampulha a Brasília eu segui o mesmo caminho, preocupado com a forma nova, com a invenção arquitetural – revelou Niemeyer.

Citando o poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), afirma “que a arquitetura tem de causar espanto”.

– Ele pega o programa e faz o projeto de arquitetura ficar com sua cara, tudo com muita circulação e clareza – afirma o amigo de Niemeyer e um dos responsáveis por seu escritório

JOÃO WAINER/FOLHA IMAGEM



Internaram-me num ginásio em Cataguases, projeto do Oscar. Vivi seis meses naquele casarão. Achei pouco. Decidi-me a ser Oscar eu mesmo. Depois larguei a arquitetura e virei aprendiz de Tom Jobim.

Chico Buarque, compositor, sobre o seu desejo de ser arquiteto

em Brasília, o arquiteto Carlos Magalhães.

“Oscar Niemeyer odeia o ângulo reto”

No documentário Oscar Niemeyer – A vida é um sopro, o escritor uruguaio Eduardo Galeano, autor de As veias abertas da América Latina, comenta que “é sabido que Oscar Niemeyer odeia o capitalismo e odeia o ângulo reto. Contra o ângulo reto, que ofende o espaço, ele tem feito uma arquitetura leve como as nuvens, livre, sensual, que é muito parecida com a paisagem das montanhas do Rio de Janeiro. São montanhas que parecem corpos de mulheres deitadas, desenhadas por Deus no dia em que Deus achou que era Niemeyer”.

Niemeyer pertence a uma geração extremamente importante no Brasil. Geração que até certo ponto reconstruiu tanto em sua própria mente quanto em benefício público a idéia de que o Brasil poderia ser o novo Brasil.

Eric Hobsbawm, historiador inglês, sobre a geração de 30 no Brasil

É uma pessoa que está em paz consigo mesma, e não é fácil. Porque vivemos num mundo de contradições, de tensões. No fundo vivemos num temporal. E manter o rumo no meio desse temporal, com ventos que sopram de todos os lados, isso o Oscar conseguiu.

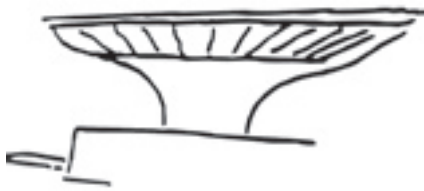
José Saramago, escritor português

Oscar Niemeyer consegue fazer uma obra-prima que tem, que adquire, que adere a ela essa força emblemática que tem certas formas. De modo que você identifica a cidade, o país, a alma, o momento, a história com a forma dele.

Ítalo Campofiorito, arquiteto, sobre a arquitetura de Niemeyer

Fonte: documentário Oscar Niemeyer - A vida é um sopro, de Fabiano Maciel

Museu de Arte Contemporânea Niterói - 1991



“Quando comecei a desenhar este museu, já tinha uma idéia a seguir. Uma forma circular, abstrata, sobre a paisagem. E o terreno livre de outras construções para realçá-las. Não queria repetir a solução usual de um cilindro sobre o outro, mas caminhar no sentido do Museu de Caracas, criando uma linha que subisse com curvas e retas do chão à cobertura.”

1965
Retira-se da UnB com mais 200 professores, em protesto contra a política universitária. Viaja a Paris para a exposição de sua obra no Museu do Louvre.

1966
Publica o livro *Quase memórias: viagens*.

1967
Impedido de trabalhar no Brasil, decide se instalar em Paris.

1968
Projeta sede da editora Mondadori, na Itália, e desenvolve projetos para a Argélia.

1969
Na Argélia, projeta a Universidade de Constantine.

1972-73
Em Paris, abre seu escritório nos Champs-Élysées. Acompanha exposição sobre sua obra na Europa.

1978
Funda o Centro Brasil Democrático (Cebra-de), do qual é eleito presidente.

1985
Com a reabertura política, volta a desenvolver projetos para Brasília.

1987-88
Recebe o Prêmio Pritzker de Arquitetura, dos Estados Unidos. Projeta o Memorial da América Latina em São Paulo.

1990
Junto com Luís Carlos Prestes, desliga-se do Partido Comunista Brasileiro.

1991
Projeta o Museu de Arte Contemporânea de Niterói.

1993
Publica *Conversa de arquiteto*.

1994
Projeta o Museu O Homem e seu Universo, em Brasília, e a Torre da Embratel, no Rio de Janeiro.

1995
Projeta o monumento em comemoração ao centenário de Belo Horizonte. Recebe os títulos de doutor *honoris causa* das universidades de São Paulo e de Minas Gerais.

1996
Projeta o monumento Eldorado Memória, doado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Recebe o Prêmio Leão de Ouro da Bienal de Veneza por ocasião da VI Mostra Internacional de Arquitetura.

1997
Em homenagem ao seu 90º aniversário, mostras são realizadas no Brasil. Inicia os estudos para o Caminho Niemeyer, em Niterói, o Museu de Arte Moderna de Brasília e o Centro de Convenções do Riocentro, no Rio.

1998
Em São Paulo, é realizada a exposição retrospectiva sobre sua obra *Oscar Niemeyer 90 Anos*. Recebe a Royal Gold Medal do Royal Institute of British Architects (Riba). Inicia diversos projetos, como o Memorial Darcy Ribeiro no Sambódromo, no Rio de Janeiro, o Memorial Maria Aragão, em São Luís (MA), e o Presépio de Natal, em Natal (RN).

1999
Projeta o novo teatro do Parque do Ibirapuera, em São Paulo, o Setor Cultural de Brasília, o Centro Administrativo de Betim (MG), e o Monumento Comemorativo aos 500 Anos do Descobrimiento do Brasil, em São Vicente (SP).

2000
Vários projetos: creches em Centros Integrados de Educação Pública (Cieps); sede da UNE, no Rio; auditório em Ravello, Itália, Jardim Botânico de Petrópolis.

2001
Realiza projetos em países como Noruega e Rússia. Recebe o Prêmio Unesco 2001 na categoria Cultura. Faz em Lisboa a exposição

Oscar Niemeyer 90 anos.

2002
Projeta o Centro Cultural e Esportivo da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel, no Rio. Exposição *Oscar Niemeyer 90 anos* na Galerie Nationale du Jeu de Paume - Paris, França.

2003
O Novo Museu, em Curitiba, passa a se chamar Museu Oscar Niemeyer.

2004
Lança o livro *Oscar Niemeyer - Minha arquitetura 1937-2004*.

2005
Exibido o documentário *Oscar Niemeyer - A vida é um sopro*, de Fabiano Maciel. Recebe o Diploma Patrono da Arquitetura Nacional, concedido pelo Senado

2006
Casa-se com sua secretária Vera Lúcia Cabreira. Inaugurados o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional, fechando o complexo do qual faz parte o Teatro Nacional, em Brasília.

2007
Completa 100 anos no dia 15 de dezembro e recebe homenagens no Brasil e em todo mundo. É nomeado Comendador da Legião de Honra pelo governo francês.

Fonte: Fundação Oscar Niemeyer

Memorial da América Latina São Paulo - 1987



“No Memorial da América Latina, minha arquitetura segue de forma mais radical o avanço da técnica construtiva. Nada de detalhes menores, apenas vigas de 70m x 90m e as placas curvas do pré-fabricado. São os grandes espaços livres que o tema estabelecia. Uma obra cuja mentalidade corresponde à grandeza dos seus objetivos - aproximar os povos da América Latina, tão oprimida e explorada.”

COMISSÕES



Renato Casagrande (E) lê o seu relatório na comissão: Brasil precisa dar sua contribuição

Guerra total contra o desmatamento ilegal

Fiscalização rigorosa, para combater o desmatamento ilegal, e incentivo a ações que favoreçam a preservação das florestas. Assim o senador Renato Casagrande (PSB-ES) resumiu o primeiro dos três eixos do seu relatório, aprovado na quinta-feira pela Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. Os outros dois eixos dizem respeito à promoção de fontes renováveis de energia e ao fortalecimento da posição brasileira nos fóruns internacionais.

No texto, Casagrande destaca que 75% das emissões brasileiras de gases causadores do efeito estufa decorrem de desmatamentos e queimadas.

– O governo brasileiro tem que ser audacioso no processo de combate ao desmatamento,

fazendo articulação com estados e municípios e adotando incentivos a quem preservar os recursos naturais. Temos que barrar a entrada do agronegócio nas florestas que ainda estão preservadas, seja no Cerrado, seja na Amazônia. É questão de colocar até o Exército para trabalhar, se for o caso – declarou o relator.

Também a preocupação com a matriz energética brasileira ganhou destaque no relatório. O documento reúne as preocupações de especialistas com os novos investimentos em termelétricas a carvão e apresenta sugestões visando à ampliação de incentivos a fontes renováveis de energia, como a eólica e a biomassa.

Casagrande defendeu ainda a ampliação dos compromissos

do país firmados em convenções internacionais. Ele elogiou a posição assumida pelo ministro Celso Amorim durante o 13º Encontro da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudança Climática, encerrado na última sexta-feira em Bali, na Indonésia. Conforme observou, o país anunciou durante o evento que adotará meta interna de redução de emissões de gases do efeito estufa.

A pedido de Casagrande, a comissão deverá ouvir na próxima semana, em audiência pública, os representantes do país no encontro de Bali.

Criada em março deste ano, a comissão realizou 31 reuniões e audiências públicas, nas quais foram ouvidos cerca de 80 especialistas.

Fundo ajuda municípios com área em parques ou reservas

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou substitutivo do senador Jayme Campos (DEM-MT) a projeto do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que dá prioridade de investimentos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (Lei 7.797/89) em municípios das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste que tenham mais de 25% de suas áreas localizadas dentro de parques nacionais ou de reservas indígenas.

Ao projeto original (PLS 320/05) Jayme Campos incorporou medida determinando que os municípios beneficiados devem estar situados em áreas de baixa renda.

Mais três cidades podem sediar áreas de livre comércio

As cidades de Anápolis (GO), Várzea Grande (MT) e Jaguarão (RS) poderão sediar zonas de processamento de exportação (ZPEs), de acordo com projetos aprovados pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), sobre os quais a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) dará decisão terminativa.

A ZPE caracteriza-se como uma área de livre comércio destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados exclusivamente no exterior, que contarão com um regime aduaneiro e cambial especial.

Lúcia Vânia destaca projetos aprovados pela CDR neste ano

Em balanço das atividades desenvolvidas em 2007 pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ressaltou a aprovação de projetos importantes para a redução das desigualdades regionais, como os de recriação das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

Citou também debate sobre o projeto (PLC 119/06) que institui a Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), do qual é relatora, e procura prover a região de uma instituição como foi a Sudeco, extinta em 1990.

Seringueiro terá aposentadoria especial

Extrativistas vegetais da Amazônia, como os seringueiros, terão direito a aposentadoria diferenciada, cinco anos antes dos demais trabalhadores, a exemplo do que ocorre com o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. É o que prevê proposta de emenda à Constituição (PEC 56/01) da senadora licenciada e ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, aprovada em primeiro turno no Plenário, por unanimidade.

– Agora se faz justiça a uma importante categoria profissional – destacou o senador Sibá Machado (PT-AC), que é suplente de Marina Silva.

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que assim o

extrativista receberá o respeito merecido. Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou a proposta justa, porque equipara o seringueiro ao trabalhador rural. Tião Viana (PT-AC) ressaltou a “dimensão humana” que a matéria alcançará na Amazônia, enquanto João Pedro (PT-AM) disse que o projeto corrigiu um erro histórico.

Para Fátima Cleide (PT-RO), a PEC contribuirá para conceituar junto à seguridade social quem são os extrativistas. Marcelo Crivella (PRB-RJ), Romeu Tuma (PTB-SP), Edison Lobão (PMDB-MA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Agripino (DEM-RN) também elogiaram a iniciativa.

Professores ganham licença para atualização

Os profissionais da educação básica pública poderão ter direito a uma licença de pelo menos um ano, a cada sete anos de trabalho, para atualização profissional. A medida consta de projeto (PLS 433/07) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado em decisão terminativa, e na forma de um substitutivo, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Além de estabelecer a licença sabática, o texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir, entre as medidas de valorização dos profissionais de educação, a garantia de vencimento igual ou superior ao piso salarial nacional.

Outra mudança na LDB estabelece que a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios deverão promover, em regime

de colaboração, a formação inicial, a formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (PLC 78/07).

De acordo com o texto aprovado pela CE, a formação continuada e a capacitação poderão utilizar os recursos da educação a distância, enquanto se dará preferência ao ensino presencial na formação inicial dos professores. Relatado por Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o projeto recebeu o apoio de Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que se disse envergonhada com os atuais índices de qualidade do ensino no país.

A comissão aprovou ainda o PLC 60/07, que assegura o atendimento psicológico e de assistência social aos estudantes das escolas públicas de educação básica.



Maria do Carmo (E), ao lado de Geraldo Mesquita Júnior, na CE: formação continuada para os professores de todo o país

Relatório propõe melhorias para a educação nacional

Será de responsabilidade da União a manutenção da educação básica e o estabelecimento de padrões de construção e equipamentos para as escolas brasileiras, incluindo condições de energia e saneamento. Essa é uma das principais recomendações feitas pelos senadores, ao apresentarem relatório final do ciclo de audiências públicas “Idéias e propostas para a educação brasileira”, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). As recomendações, aprovadas na quarta-feira, estão contidas em oito relatórios setoriais.

Senadores apuram por que hospital ainda não funciona

Os três senadores pelo Pará – Flexa Ribeiro (PSDB), José Nery (PSOL) e Mário Couto (PSDB) – integrarão comitiva que vai verificar o que impede o pleno funcionamento do Hospital Regional de Santarém (PA), inaugurado em dezembro de 2006. O hospital foi construído com recursos do estado e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo consumido mais de R\$ 100 milhões em investimentos, informou Flexa Ribeiro, autor da proposta.

Nada de símbolos ou nomes na publicidade oficial

A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de governo deverá conter somente o brasão da unidade federativa e o nome do órgão ou da entidade promotora, sendo vedados nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. É o que determina projeto (PLS 58/07) de Cristovam Buarque aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A proposta será votada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CE ouve ministro sobre criação da TV pública

A criação, por medida provisória, da TV pública brasileira, que entrou no ar há duas semanas, será debatida em audiência pública da Comissão de Educação (CE). Deverão ser ouvidos, entre outros, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins; o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slaviero; e o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azedo.

PLENÁRIO



Furlan (E) e o senador Aloizio Mercadante, presidente da CAE, durante uma sabatina: Cade agora está mais fortalecido

Cade ganha novo membro e o STJ um novo ministro

Por 52 votos favoráveis e 7 contrários, os senadores aprovaram a indicação de Fernando de Magalhães Furlan, 39 anos, para membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia federal criada em 1962 para orientar, fiscalizar, prevenir e apurar os abusos do poder econômico. Furlan, ex-procurador-geral do Cade de 2001 a 2003, irá ocupar a vaga decorrente do término do mandato de Abraham Benzaquen Sicsú, em 18 de janeiro.

Durante a sabatina ocorrida na Comissão de Assunto Econômico (CAE), Fernando Furlan destacou a criação, pelo Cade, do setor de dívida ativa, que permite a agilização de cobranças e de sanções impostas a todo grupo empresarial que venha a praticar abuso de poder econômico. Na avaliação de Fernando Furlan, a autarquia possui, atualmente, plenas condições de fazer valer as suas decisões. Isso, conforme

observou, é salutar tanto para o mercado quanto para o bolso do contribuinte.

Três outras indicações para o Cade – Paulo Furquim de Azevedo, Enéas Costa de Souza e Arthur Badin – serão votadas nesta terça-feira.

Renato Casagrande (PSB-ES) salientou a importância do Cade

Três outras indicações para o Cade serão decididas nesta semana

para a sociedade brasileira e pediu o fortalecimento da autarquia. Já Raimundo Colombo (DEM-SC) observou que o conselho deve ser conduzido por técnicos conceituados, “a exemplo de Furlan”.

Ministro do STJ toma posse em fevereiro

O Plenário também aprovou a indicação do tenente-brigadeiro José Américo dos Santos para ministro do Superior Tribunal Militar, no lugar do ministro Henrique Marini e Souza, que se aposentará no dia 17 de fevereiro.

Voto de pesar pelo falecimento de Ottomar Pinto

Voto de pesar pela morte do governador de Roraima, Ottomar Pinto, ocorrido na semana passada em Brasília, foi aprovado pelo Plenário. O governador, de 76 anos, foi vítima de um infarto. Ele exercia o quarto mandato. O requerimento de pesar foi proposto pelo senador Augusto Botelho (PT-RR), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), José Agripino (DEM-RN), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Delcídio Amaral (PT-MS), Kátia Abreu (DEM-TO), Alvaro Dias (PSDB-PR), César Borges (PR-BA), Marco Maciel (DEM-PE) e Renato Casagrande (PSB-ES) elogiaram o governador.

– O povo de Roraima está de luto. O povo tinha o amor e a confiança de que ele iria levar Roraima a um destino muito bom – afirmou Mozarildo. Sérgio Guerra (SE), presidente do PSDB, ao qual Ottomar era filiado, lamentou a perda do “companheiro” que sempre ajudou a legenda com simplicidade e compromisso.

Senado terá ala em homenagem a Antonio Carlos

Projeto de resolução (PRS 68/07) aprovado pelo Plenário dá o nome do senador Antonio Carlos Magalhães a uma das alas do edifício principal do Senado. A proposta foi de Tião Viana (PT-AC), aplaudido por inúmeros senadores por sua iniciativa.

Relatores da proposta nas comissões técnicas, César Borges (DEM-BA) disse que Antonio Carlos Magalhães exerceu em plenitude suas atividades parlamentares; Gerson Camata (PMDB-ES), por sua vez, afirmou que a homenagem “será uma lembrança eterna da presença desse gigante no Senado”.

Antonio Carlos Magalhães Júnior (DEM-BA), que, como primeiro suplente, assumiu o mandato após a morte do pai, em 20 de julho deste ano, agradeceu a homenagem e lembrou que o pai amava o Senado.

Ações no STJ custarão entre R\$ 50 e R\$ 200

Em decisão que, como destacou o senador Marco Maciel (DEM-PE), os parlamentares dão continuidade ao processo de reforma do Judiciário, o Plenário aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 75/07) que institui a cobrança de taxas devidas à União para ajuizamento de ações e recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A matéria vai à sanção presidencial.

– Quero reiterar que a proposição atende a uma antiga reivindicação do STJ no que diz respeito ao problema das custas judiciais, pois é o único que ainda não exercia esse novo mecanismo – afirmou Maciel.

Os recursos permitirão a ampliação dos investimentos, por exemplo, na área de infra-estrutura, e na de informatização e renovação

dos equipamentos, especialmente por causa do rápido aumento do volume de processos que chegam ao STJ todos os anos.

Passam a ser cobrados alguns procedimentos que podem ser julgados no tribunal, com taxas estabelecidas de acordo com a complexidade da ação ou recurso. Os procedimentos considerados mais simples, como a interpelação judicial, custarão R\$ 50. Os de complexidade média, como a homologação de sentença estrangeira – que até a Emenda Constitucional 45/04, da reforma do Judiciário, era atribuição do Supremo Tribunal Federal (STF) –, foram tabelados em R\$ 100. Por fim, os mais complexos,

como a ação rescisória – que visa cancelar uma sentença definitiva –, em R\$ 200.

Os valores das despesas deverão ser corrigidos anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Ficam isentos de cobrança processos de habeas corpus e habeas data

(IPCA). O projeto determina também que a cobrança das despesas previstas não exclui outras estabelecidas em legislação processual específica, inclusive o porte de remessa e retorno dos autos.

Ficam isentos de custas os processos de habeas data e habeas corpus, assim como os recursos em habeas corpus, além dos demais processos criminais, salvo a ação penal privada.



Solange Vieira e Ronaldo da Motta ladeiam o senador Delcídio Amaral, durante sabatina na comissão

Senado aprova novos diretores da Anac

Os senadores aprovaram mensagem presidencial indicando a economista Solange Paiva Vieira para ocupar o cargo de diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), no lugar de Milton Zuanazzi. Além de Solange, o Plenário acatou ainda o nome do engenheiro Ronaldo Serôa da Motta para o cargo de diretor da mesma agência, em substituição a Josef Barat.

Na discussão da indicação de Solange Vieira, os senadores José Agripino (DEM-RN), Delcídio Amaral (PT-MS), Gerson Camata (PMDB-ES), Valdir Rau-

pp (PMDB-RO), César Borges (PR-BA), Epitácio Cafeteira (PTB-MA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Mário Couto (PSDB-PA) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiaram a escolha da economista para a diretoria da Anac.

Durante sua exposição, na sabatina da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que antecedeu a votação em Plenário, Solange Vieira disse que a aviação civil no Brasil cresceu, entre 1997 e 2006, 8% ao ano, enquanto o produto interno bruto (PIB), apenas 2,2% anu-

ais. Com isso, afirmou, surgiu um gargalo: o crescimento da demanda não foi acompanhado por aumento dos investimentos, o que resultou na crise aérea que o país vem enfrentando há mais de um ano.

Como solução de médio prazo, Solange Vieira pediu apoio do Congresso Nacional para aprovar o aumento da participação estrangeira na aviação civil dos atuais 20% para 49%, medida que, em sua avaliação, estimulará a concorrência entre as empresas aéreas, beneficiando o consumidor.

Plenário endossa nomes de cinco novos embaixadores

Cinco novos embaixadores brasileiros em países da África e da Europa tiveram suas indicações presidenciais referendadas pelo Plenário do Senado. José Vicente de Sá Pimentel teve seu nome aceito para exercer o cargo na África do Sul e também em Comores, Lesoto e Maurício. Ana Maria Sampaio Fernandes será, simultaneamente, embaixadora no Quênia, Burundi, Djibuti, Ruanda e Uganda. José Artur Denot Medeiros representará o Brasil na Holanda. Afonso José Sena Cardoso foi aprovado para a embaixada em Angola. Finalmente, Gilberto Vergne Sabóia poderá exercer a mesma função na Hungria.

CRE sabatina indicados para a Jamaica e a Guiné-Bissau

Duas outras indicações presidenciais para o cargo de embaixador no exterior já foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Após a sabatina, os nomes estão prontos para exame do Plenário.

Alexandre Rubem Milito Gueiros, indicado para representar o Brasil na Jamaica, lembrou que o país do Caribe vive do turismo (recebeu 3 milhões de turistas no ano passado, para uma população total de 2,75 milhões). Jorge Geraldo Kadri, que ocupará o posto de embaixador na Guiné-Bissau – país de língua portuguesa –, destacou que a república é uma das mais pobres da África e enfrenta dificuldades como instabilidade política e tráfico de drogas.

COMISSÕES

Acessibilidade urbana deve ser ação de ministérios

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República é um pólo articulador das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência, mas os demais ministérios, particularmente os da Saúde, Educação, Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão, devem adotar programas de forma conjunta. A afirmação é do ministro-chefe da secretaria, Paulo Vannuchi, que foi convidado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a debater a acessibilidade de pessoas com deficiência no meio urbano na última quarta-feira.

Vannuchi informou aos senadores que, a pedido do presidente da República, a secretaria vai examinar a situação de empre-

go de pessoas com deficiência. Apesar de a legislação reservar a elas um percentual de vagas, milhares de empregos potenciais não são utilizados, assinalou o ministro.

A titular da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Izabel Maior, afirmou que cerca de 90% das pessoas com deficiência estão fora do mercado de trabalho, dada a dificuldade que esses trabalhadores encontram para utilizar ônibus, se locomover pelas calçadas e ter acesso aos prédios urbanos. Izabel Maior disse ainda que apenas um terço das 660 mil vagas atualmente destinadas a essa parcela da população está ocupado.

A coordenadora da Área Téc-

nica de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Érica Pisaneschi, explicou aos senadores que o Programa Mais Saúde – o chamado PAC da Saúde –, lançado na semana passada pelo presidente Lula, tem o objetivo de promover a inserção social por meio de ações preventivas que contribuam para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Disse que a política nacional para a pessoa com deficiência, por meio do Programa Nacional de Órteses (cadeira de rodas, muletas e andadores) e Próteses (de membros do corpo) vai facilitar o acesso das pessoas a equipamentos.

Secretário sugere políticas integradas

O secretário nacional dos Transportes e da Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, Luiz Carlos Bueno, defendeu maior integração entre as políticas federal, estadual e municipal na implementação de ações que promovam a inclusão das pessoas com deficiência. Essa parceria é necessária, disse ele, porque as ações exigem adaptações nos meios de transporte, nas calçadas e nos prédios, entre outras medidas. Bueno salientou ainda a importância de parcerias também com entidades da sociedade civil. Uma experiência nesse sentido já possibilitou programas relativos

a novas fontes de financiamento, organização de banco de dados, publicação de material informativo e realização de pesquisas sobre transporte acessível.

Do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Ângela Canabrava também defendeu a integração federativa das políticas de acessibilidade. Apesar de o Brasil ter uma legislação que é referência mundial, as adaptações necessárias para haver inclusão plena das pessoas com deficiência não ocorrem por falta de fiscalização, afirmou. Ela recomendou parcerias com o

Ministério Público, a capacitação das pessoas que trabalham com o aspecto legal e dos profissionais responsáveis pela construção de prédios, calçadas e praças, como engenheiros e arquitetos.

Na avaliação do senador Flávio Arns (PT-PR), o desafio é construir levando em conta as necessidades das pessoas com deficiência e adaptar as obras já construídas.

O ator Marcos Frota sugeriu que os ministérios convoquem jornais e televisões a estimularem práticas que beneficiem os cerca de 25 milhões de brasileiros com deficiências.



Presidente da CAS, Patrícia Saboya (C) dirige debate com ministro e representantes de secretaria, de dois ministérios e do Conanda

FOTOS: JOSÉ CRUZ

Filmes com recursos de audiodescrição e closed caption

O cinema em palavras. Foi assim que a mostra internacional de filmes sobre deficiência Assim vivemos disponibilizou a sétima arte para as pessoas com deficiência. Com recursos de audiodescrição, o evento, que ocorreu no Salão Negro, realizou uma espécie de rádio-cinema para os deficientes visuais. Já para os deficientes auditivos, foram colocadas legendas descritivas no estilo closed caption (legenda oculta).

A audiodescrição funciona assim: dois atores dublam as legendas e, enquanto não há fala no filme, eles explicam o que ocorre fisicamente na cena. Segundo a curadora da mostra, Lara Pozzobon, essa técnica traz para os cegos a liberdade de escolha dos filmes a que irão assistir.

Semana de Valorização reuniu fotos e inovações

Três exposições estiveram abertas aos visitantes do Senado na semana passada, como parte da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. A primeira, no Salão Negro, expôs os diversos painéis sobre a vida de funcionários do Senado e também de personalidades que enfrentam ou já enfrentaram algum tipo de deficiência.

No Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, a Sociedade Pestalozzi de São Paulo expôs fotos que compõem o livro de fotografias Celebidades – como você nunca viu. O livro apresenta 34 artistas e personalidades, fotografados por Welison Calandria.

Já na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, como também no Salão Negro, os visitantes puderam conhecer a tecnologia do mouse ocular, equipamento que auxilia o portador de necessidades especiais a utilizar o computador por meio de movimentos oculares e piscados.

PREVIDÊNCIA

Acordo para beneficiários do Aerus

Representantes de funcionários da ativa e de aposentados da aviação civil que recebem benefícios do Fundo Aerus de Seguridade Social – sob intervenção da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) – relataram na última quinta-feira aos senadores a grave dificuldade financeira por que passam. Eles pediram a celebração de um acordo urgente com o Poder Executivo para resolver o problema de milhares de trabalhadores do setor em todo o Brasil.

O apelo foi feito em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O comandante Elnio Borges Malheiros, representante da Associação de Pilotos da Varig, classificou a intervenção de ilegal e denunciou que foi decretada para impedir que os trabalhadores



Paulo Paim (2º à esq.) preside reunião que discutiu situação dos beneficiários de fundo sob intervenção

da antiga Varig pudessem sacar suas poupanças e, assim, como planejavam, investir num plano para salvar a empresa da falência. O comandante lembrou ainda que já transitou em julgado ação favorável aos trabalhadores, que obriga a União a pagar cerca de R\$ 6 bilhões para quitar a dívida que tem com os beneficiários do fundo, mas, mesmo assim, ainda não foram liberados recursos para cumprir a decisão judicial.

A procuradora da Comissão dos Aposentados do Transporte

Aéreo e Atividades Afins, Cristina Dornelles, relatou que, desde a intervenção, 8 mil aposentados não vêm recebendo seus proventos. Já o diretor do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre, Gerson Dias de Oliveira, disse que a criação do fundo se deu em 1982 e que já foi considerado o terceiro maior fundo de previdência do país, um orgulho para os funcionários.

O representante da Associação dos Funcionários Aposentados da Transbrasil Francisco José Thomaz criticou a demora no julgamento do recurso extraordinário que está no Supremo Tribunal Federal.

– Enquanto o STF demora para julgar, as pessoas já não têm mais nada para vender a fim de conseguir manter a própria sobrevivência – relatou.

Senadores buscam saída com advogado-geral da União

Uma comissão formada por senadores e representantes de funcionários da aviação civil beneficiários do Aerus vão tentar marcar uma audiência com o advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli, para discutir uma solução que permita ao fundo receber a metade dos R\$ 6 bilhões devidos pela União relativos ao congelamento de tarifas da Varig.

A sugestão, do senador Flávio Arns (PT-PR), foi aceita pelos participantes da audiência pública promovida pela CDH.

O parlamentar explicou que será apresentada uma carta-síntese ao advogado-geral, relatando as várias dificuldades financeiras por que estão passando os beneficiários do Aerus a partir da intervenção. A comissão deverá ainda solicitar a Toffoli que garanta ao Aerus o recebimento dos cerca de R\$ 3 bilhões, conforme acordo judicial que está sendo julgado em recurso extraordi-

nário pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

– Pode haver esse acordo entre as partes e queremos garantir que os recursos sejam destinados diretamente ao Aerus – explicou.

No debate na CDH, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que a comissão marque também um encontro com a ministra relatora do processo no STF, Cármen Lúcia, para pedir agilidade no julgamento do recurso extraordinário que vai garantir o acordo para a liberação dos recursos.

A CDH também decidiu questionar formalmente a ausência ao debate do secretário de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência Social, Leandro André Paixão. O secretário não justificou sua ausência. “Justamente a SPC, que deveria estar fiscalizando todo esse processo, não compareceu à audiência e não deu satisfação”, reclamou Arns.

ACESSIBILIDADE

Senado realizou terceira edição da semana dedicada à valorização de quem tem necessidade especial

Homenagem às pessoas com deficiência

Com uma cerimônia no Plenário na última terça-feira, o Senado iniciou a III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. A sessão deliberativa foi aberta pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), e teve a participação de muitos convidados. O maestro João Carlos Martins, que perdeu os movimentos dos dedos da mão direita, executou o Hino Nacional e depois regeu o Coral do Senado.

Quinze senadores se revezaram na tribuna para participar da homenagem requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que falou da necessidade de se respeitar os direitos das pessoas com deficiência, da importância da Semana de Valorização, realizada desde 2005, e das medidas implementadas pelo Senado para atender às necessidades especiais das pessoas com deficiência.

Depois da sessão foi inaugurada, no Salão Negro do Congresso, a exposição de painéis de pessoas ilustres e desconhecidas, do Brasil e do exterior, portadoras de algum tipo de deficiência, dando início à campanha "Pessoas que fizeram a diferença, pessoas que fazem a diferença. E você, que diferença pode fazer?"

Efraim Morais

Efraim Morais destacou as realizações do Senado Federal em relação a adaptações físicas e tecnológicas em benefício das pessoas com deficiência, como rampas de acesso, banheiros adaptados, ampliação de espaços de circulação, triciclos motorizados, intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e criação da Sala de Acessibilidade (com computadores especiais).

Paulo Paim

Paulo Paim comemorou o fato de mais pessoas estarem lutando pelos direitos das pessoas com deficiência. Segundo o parlamentar, que preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a principal meta do Congresso Nacional passou a ser a aprovação da Convenção Internacional para Pessoas com Deficiência.

Hélio Costa

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, festejou o lançamento de selo e carimbo da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) comemorativos do programa do Senado de Acessibilidade e Valorização das Pessoas com Deficiência e destacou a publicação, pelo Ministério das Comunicações, da Portaria 310/06, que estabelece os critérios e o cronograma de implantação dos recursos de acessibilidade no serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou o fato de a violência urbana e



No Plenário, os convidados assistem à apresentação do pianista João Carlos Martins e ouvem os senadores que participaram da homenagem requerida por Paulo Paim (na tribuna, segunda foto)

os acidentes de trânsito continuam provocando seqüelas em boa parte da população brasileira.

– As estatísticas são alarmantes e traduzem um quadro desolador.

Eduardo Azeredo

O papel da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) foi destacado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ao frisar que a entidade oferece educação especial em escolas regularmente constituídas e incluídas em suas comunidades para mais de 300 mil jovens em 2 mil municípios do Brasil.

Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou que um dos maiores desafios dessa parcela da população continua sendo a inserção no mercado de trabalho. Ela lembrou que o Brasil tem cer-

ca de 24,5 milhões de habitantes com algum tipo de deficiência. Desse total, 6 milhões estão na idade economicamente ativa, sendo que apenas 160 mil têm empregos regulares.

Eduardo Suplicy

De acordo com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), está sendo cumprida apenas parcialmente a lei que determina que empresas com mais de cem empregados destinem de 2% a 5% de suas vagas para pessoas com deficiência. Ele lamentou o fato de as pessoas com deficiência ganharem R\$ 100 a menos que a média dos brasileiros.

Aloizio Mercadante

Aloizio Mercadante (PT-SP) homenageou o pianista paulista João Carlos Martins, que começou seus estudos aos oito anos

e após nove meses venceu o concurso da Sociedade Bach de São Paulo. O senador destacou a garra e a força de vontade do pianista.

Marisa Serrano

Na avaliação de Marisa Serrano (PSDB-MS), o apoio às pessoas com deficiência é uma "questão unânime" no Senado.

– Nesta Casa, qualquer projeto que venha apoiar as instituições [de assistência às pessoas com deficiência] sempre vai ter o apoio dos senadores – assinou. Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou a atuação de atletas com deficiência em competições paraolímpicas.

Heráclito Fortes

Heráclito Fortes (DEM-PI) fez menção a Verônica Calheiros, esposa do ex-presidente do Se-

nado, Renan Calheiros, por ter proposto a criação da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, em 2005.

Cristovam Buarque

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a valorização das pessoas com deficiência passa pelo respeito, pelo fim do preconceito e pela compensação das dificuldades geradas pelas deficiências.

– A maior demonstração é a capacidade de valorizar e compensar as deficiências que alguns de nós têm sobre outros – avaliou.

Magno Malta

Magno Malta (PR-ES) agradeceu a Deus "pela oportunidade de participar desse momento tão significativo da sociedade brasileira", referindo-se à sessão.

Ele citou o exemplo de uma amiga que, na cadeira de rodas, trabalha e tem formação em dois cursos superiores.

Marcelo Crivella

As conquistas alcançadas pelo governo Lula no resgate da dignidade e na promoção da defesa dos direitos das pessoas com deficiência foram destacadas por Marcelo Crivella (PRB-RJ). O senador citou a edição do Decreto de Acessibilidade (5.296/04), que estabelece a acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, à comunicação e à informação para pessoas com deficiência.

Flexa Ribeiro

Os costumes da sociedade evoluem, mas as pessoas com deficiência ainda são alvo de preconceito e discriminação, conforme observou o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

– Há uma frente de luta pelo fim das discriminações em que ainda engatinhamos. Essa frente de luta é a da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência – afirmou.

Inácio Arruda

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou reconhecer o esforço do poder público em prol das pessoas com deficiência, mas pregou a intensificação das ações destinadas a dar a essa parcela da população brasileira melhores condições de participar da vida em todos os seus aspectos.

Serys Slhessarenko

Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou a iniciativa do Senado lembrando que na última segunda-feira foi comemorado o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

– Valorizar a diferença é fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária – destacou a senadora.

PLENÁRIO



“Nós constituímos a cidadania mercosulina e sul-americana”, disse Sérgio Zambiasi

Zambiasi exalta um ano do Parlamento do Mercosul

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) comemorou, em discurso da tribuna, um ano de existência do Parlamento do Mercosul. Ele recordou a solenidade de criação do órgão, em 14 de dezembro de 2006 no Plenário do Senado brasileiro, com a presença do presidente Lula e de representantes de todos os países-membros do bloco. O Parlamento foi instalado posteriormente em Montevidéu, no Uruguai, onde tem sede permanente.

Conforme destacou o senador, nesse período foi aprovado o regimento interno do órgão, foram realizadas oito sessões plenárias e instaladas as comissões permanentes. Zambiasi ressaltou o sentimento de integração que permeia as ações do Parlamento e lembrou os esforços dos parlamentares na busca de caminhos concretos

que conduzam a avanços em áreas como educação, integração energética e desenvolvimento equilibrado entre os países.

– Por meio do Parlamento do Mercosul, nós constituímos a cidadania mercosulina e sul-americana – frisou ele.

O Parlamento do Mercosul é formado por 81 parlamentares, sendo nove deputados e nove senadores de cada um dos países-membros – Uruguai, Brasil, Argentina e Paraguai, todos com direito a voto. Já os nove deputados da Venezuela não têm direito a voto. A Venezuela está em processo de adaptação às regras do bloco, enquanto aguarda aprovação de pedido de adesão ao Mercosul.

Zambiasi manifestou seu apoio à entrada da Venezuela, considerada por ele um importante parceiro, essencial para o fortalecimento econômico, social e territorial do bloco. Ele discordou daqueles que questionam a adesão venezuelana por conta das atitudes do presidente Hugo Chávez.

– Um processo de integração envolve nações e povos. Os presidentes passam, a nação fica – afirmou ele.

O senador salientou a liderança do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), presidente da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, e do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), vice-presidente brasileiro da instituição, além de ressaltar a atuação de toda a bancada de parlamentares brasileiros no órgão.

Após concluir seu discurso, Zambiasi lembrou as preocupações atuais do bloco, como a discussão sobre a possibilidade de adoção de uma moeda única.

Paim propõe órgão para fiscalizar concursos

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a criação de um órgão federal que fiscalize os concursos públicos realizados em todo o país. Ele afirmou, na sexta-feira, que esse novo órgão deveria acompanhar o funcionamento das instituições que elaboram as provas. Como destacou, o cuidado com o sigilo das questões tem sido contestado em várias ocasiões.

Da mesma forma, o parlamentar sugeriu o acompanhamento do processo de correção das provas e da composição das listas de aprovados, “que muitas vezes oferecem os primeiros indícios de que um concurso específico foi vítima de irregularidades”.

Paim mencionou o concurso da Polícia Rodoviária Federal que

seria realizado no último dia 9, com mais de 122 mil inscritos, e que acabou sendo adiado devido a suspeita de fraude – poucos dias antes da prova, um homem foi flagrado tentando vender um suposto gabarito do exame.

O senador ressaltou que tramita no Senado uma proposta de emenda à Constituição (PEC 48/04) de sua autoria que, em caso de concurso, obriga a administração pública a preencher o total do número de vagas fixadas em edital, dentro do prazo de validade. De acordo com ele, o projeto visa impedir que uma instituição pública, com o objetivo de arrecadar dinheiro, promova concurso sem antes preencher o total de vagas previstas em exame anterior para o mesmo cargo.

Heráclito contesta secretário de Saúde do Piauí

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) protestou contra o comportamento do secretário de Saúde do Piauí, Assis Carvalho, que, segundo afirmou, vem divulgando por todo o estado que Heráclito é um dos principais responsáveis por uma futura retirada de recursos federais destinados à saúde no Piauí, em decorrência da rejeição da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A exemplo de toda a bancada do DEM, Heráclito votou contra a prorrogação do imposto.

– Parece que o secretário de Saúde, que nunca conversou comigo sobre como anda a saúde no Piauí, me pegou para Cristo e está tentando jogar o meu nome contra a população, o que é um erro – assinalou.

Mão Santa registra recebimento de medalha

Mão Santa (PMDB-PI) comunicou na sexta-feira que o Conselho Federal de Honrarias e Mérito da Ordem dos Parlamentares do Brasil (OPB), instituição criada por Ulysses Guimarães, escolheu o senador como destaque político 2007, conferindo-lhe a Medalha Dr. Ulysses Guimarães.

O senador mencionou três dos ensinamentos de Ulysses Guimarães, que foi presidente da Câmara: “respeitar os líderes das oposições do Brasil”, uma vez que, por meio delas, a democracia pode ser aperfeiçoada; “ouvir a voz rouca das ruas”, que também contribui para garantir o Estado democrático; e “enfrentar a imprensa”, segundo o senador, o primeiro poder.

A Medalha Dr. Ulysses Guimarães tem por objetivo homenagear pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, por seus méritos e relevantes serviços prestados ao Brasil.

Senado realiza sessão de homenagem à Marinha

O Senado realizou sessão especial em homenagem ao Dia do Marinheiro – comemorado em 13 de dezembro – com a presença dos comandantes da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto; da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Juniti Saito; e do Exército, general-de-exército Enzo Martins Peri, bem como do chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Júlio Saboya de Araújo Jorge. O requerimento de realização da sessão foi do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). A data é celebrada em homenagem ao nascimento do almirante Joaquim Marques de Lisboa, o Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil.

Com discursos durante a cerimônia, os senadores apoiaram as reivindicações dos comandantes

militares por mais recursos destinados ao reaparelhamento das Forças Armadas. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que outra ação “vital em termos estratégicos e econômicos” é a proteção das plataformas marítimas de exploração de petróleo, e ressaltou que é preciso dar continuidade ao Programa Nuclear da Marinha.

Zambiasi ressaltou que o custo estimado para a primeira fase do programa de reaparelhamento da Marinha é de R\$ 5,8 bilhões. Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacou a importância do programa Antártico e a competência com que ele é desenvolvido pela Marinha.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) louvou o bicentenário do Marquês de Tamandaré, que, segundo ele, foi um exemplo de bravura, coragem, dignidade e caráter. Na avaliação



Enzo Martins Peri, Júlio Saboya, Alvaro Dias, Júlio Soares de Moura Neto e Juniti Saito em Plenário

de João Pedro (PT-AM), o Brasil, com uma imensa costa, não poderá ser uma nação soberana nem um Estado democrático sem uma Marinha forte e presente. Ele elogiou ainda o trabalho social da Marinha no Amazonas.

Augusto Botelho (PT-RR) destacou que 95% do comércio exterior do país passam pelo mar – em especial por uma área de 4 milhões de quilômetros quadra-

dos conhecida como Amazônia Azul – e quase 90% do petróleo e do gás são retirados do território marítimo.

Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que o Brasil ignorava a falta de recursos das Forças Armadas e ressaltou que, na presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizou audiências com os comandantes das três Forças. Segundo Sibá Machado

(PT-AC), o governo Lula quer dotar a Marinha de tecnologia de ponta, com os instrumentos necessários para projetar e construir sistemas de armas navais e outros equipamentos.

Romeu Tuma (PTB-SP) defendeu a formação de uma força política para apoiar as reivindicações das Forças Armadas, as quais objetivam “a defesa da soberania nacional”.

Voz do Leitor

REFORMA POLÍTICA

"Sugiro que os eleitores sejam consultados sobre a possibilidade ou não de seu voto no candidato ser computado para a sigla partidária."

Roberto Pereira de Medeiros, de Fortaleza (CE)

SUCESSÃO

"Gostaria que o presidente Lula apoiasse um candidato do PMDB à sua sucessão. Na história política brasileira, jamais tivemos um presidente da República que fosse desse partido político."

Afonso Costa Martins, de Dueré (TO)

DEFENSORES PÚBLICOS

"Desejaria ver a defensoria pública dos estados ser agraciada com projetos que ampliem os serviços de maneira satisfatória à desprezada população menos favorecida – principalmente nas cidades interioranas –, que tanto necessita de mais defensores para fazer valer seus direitos. Na maioria das vezes, são eles seus últimos e únicos patronos em busca da legítima e esperada justiça."

Francisco Marcos de Lima, de Barbalha (CE)

BANCOS

"Na globalização, o instrumento da fusão torna-se necessário para a sobrevivência das empresas. Por que não se pensa em fundir o Banco do Brasil com a Caixa Econômica e os bancos estaduais, formando o maior conglomerado financeiro do país? Dessa forma as taxas dos serviços bancários seriam diminuídas e também se reforçaria a soberania nacional."

Sérgio Rodrigo Coelho Torres, de Petrópolis (RJ)

CAOS AÉREO

"É inaceitável ouvir o ministro da Defesa, responsável pela área do transporte aéreo no país, manifestar-se dizendo que deveremos ter problemas nos finais de semana prolongados e nos feriados de final de ano. Ele foi nomeado, recebe e muito bem, para resolver esses problemas e não para repisar o que está evidente, saltando aos olhos do mundo."

Orywa Campos, de Brasília (DF)

PETRÓLEO

"Considero que o presidente Lula está priorizando a política externa em seu governo visando uma cadeira na ONU e ao mesmo tempo querendo ser líder na América Latina. Isso porque, com a descoberta das reservas de petróleo, Lula já declara que o país deve ser membro da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep). Enquanto isso, a educação, a saúde e a segurança no país ficam em segundo plano."

Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

MEDICAMENTOS

"Quando Lula assumiu o governo, o dólar batia a casa dos R\$ 4. A indústria farmacêutica, alegando que os sais que compõem os medicamentos são importados, solicitou aumento nos preços dos remédios. Esse aumento foi cavalhar, a ponto de brasileiros inescrupulosos falsificarem os remédios mais valiosos, o que levou muita gente à morte. Hoje, com o dólar perto de R\$ 1,70, não aparece nenhum representante dessa indústria pedindo um realinhamento para baixo no preço de seus produtos."

Franz Josef Hildinger, de Praia Grande (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

João Batista Torres da Silva, de Parnaíba (PI)

"As empresas multinacionais poderão participar das licitações de florestas? Qual será o prazo dessas concessões?"

O senador **Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)** responde:

A concessão para explorar florestas públicas, já transformada em lei, não estabelece muitos óbices às empresas multinacionais, desde que elas se associem a empresas brasileiras. Em geral, esses grupos chegam de lugares onde já derrubaram toda a floresta – por isso mesmo são chamados de "gafanhotos". Essas concessões já foram feitas em países como a Indonésia, com resultados desastrosos. Mesmo com esse histórico tão negativo, o governo brasileiro insiste em adotar esse modelo na floresta amazônica. Eu não concordo com nenhuma vírgula dessa iniciativa. Você me perguntou sobre o prazo para essas concessões. As empresas escolhidas poderão trabalhar na floresta durante 40 anos. Os conglomerados madeireiros ficarão encastelados dentro da floresta virgem, sob o argumento de que desenvolvem manejo sustentável. Para mim, é conversa fiada. Eles vão passar com um trator por ali e quando devolverem a área, quatro décadas depois, ela terá perdido toda a sua biodiversidade.



Agora é lei

Cercos ao tráfico e à exploração de crianças

Para intensificar o combate à exploração sexual e ao tráfico de crianças, a Lei 11.577/07, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tornou obrigatória a divulgação de mensagens de alerta em vários locais, como hotéis, clubes sociais, salões de beleza e agências de modelos. As informações deverão ser prestadas em português, inglês e espanhol, além de incluírem os números telefônicos por meio dos quais qualquer pessoa, sem necessidade de identificação, poderá denunciar práticas consideradas criminosas pela legislação brasileira.

De acordo com a lista, a afixação de letreiro passa a ser obrigatória nos seguintes estabelecimentos: 1. hotéis, motéis, pousadas e outros que prestem serviços de hospedagem; 2. bares, restaurantes, lanchonetes e similares; 3. casas noturnas de qualquer natureza; 4. clubes sociais e associações recreativas ou desportivas cujo quadro de associados seja de livre acesso ou que promovam eventos com entrada paga; 5. salões de beleza, agências de modelos, casas de massagem, saunas, academias de fisiculturismo, dança, ginástica e atividades físicas correlatas; 6. outros estabelecimentos comerciais que, mesmo sem fins lucrativos, ofereçam serviços, mediante pagamento, voltados ao mercado ou ao culto da estética pessoal; 7. postos de gasolina e demais locais de acesso público localizados junto às rodovias. O texto contido no letreiro será EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO CRIMES: DENUNCIE JÁ! A mensagem deve ser apresentada em caracteres de tamanho que permita a leitura a distância. Ainda de acordo com a nova lei, os materiais de propaganda e informação turística publicados ou exibidos por qualquer via eletrônica, inclusive internet, deverão conter menção, em termos a serem estabelecidos pelo Ministério da Justiça, aos crimes tipificados no Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), sobretudo àqueles cometidos contra crianças e adolescentes. A lei prevê que o material de divulgação poderá ser fornecido por serviço público competente.

Frases

"No formato atual, o próprio presidente Lula não aceita o retorno [da CPMF]. Agora, pode, se colocar um botox e tirar umas gordurinhas"

Heráclito Fortes, ao afirmar que apesar da postura contrária do DEM à CPMF, o partido aceita negociar o seu retorno se o governo firmar compromisso de mudar a estrutura do imposto.

"Devo tirar desses episódios [renúncia de Renan Calheiros à Presidência do Senado] lições que certamente serão valiosas. A legitimidade do poder nasce e repousa na forma como é exercido"

Garibaldi Alves, que, após eleito para a Presidência do Senado, anunciou a disposição de resgatar a credibilidade da instituição.

"Como diz a canção, eu quero que o governo me dê motivo para votar a favor da prorrogação da CPMF"

Osmar Dias, referindo-se à música Me dê motivo, interpretada por Tim Maia.

"Faço um apelo, meu querido líder. Vamos deixar para amanhã. Eu mesmo quero ler isso com calma, quero analisar, quero debater. É pedir demais?"

Pedro Simon, pedindo a Arthur Virgílio que concordasse com o adiamento da votação da CPMF para que a última proposta do Planalto fosse analisada.

"Sua excelência se acha acima do bem e do mal. Vote a favor da CPMF. Não fique dando justificativa. Vote dizendo que isso é bom. Não arranje desculpas para vossa excelência"

Arthur Virgílio, reagindo ao apelo de Pedro Simon, que em seguida disse que conheceu o senador amazonense "de calças curtas". Logo após, Virgílio pediu desculpas públicas a Pedro Simon.

"A oposição apostou no 'quanto pior, melhor' e terá que responder à sociedade pela falta de recursos para a saúde"

Tião Viana, sobre a derrota da prorrogação da CPMF.

"O momento deve ser de diálogo e respeito, sem demonizar quem votou contra ou a favor"

Paulo Paim, após a prorrogação da CPMF ser rejeitada.

Foto da Semana

A batalha em torno da proposta de emenda à Constituição que prorrogava a CPMF até 2011 terminou à 1h11 da madrugada de quinta-feira, quando o painel eletrônico do Senado mostrou o placar: 45 votos a favor e 34 contra. Por quatro votos, a PEC foi rejeitada e o tributo extinto, após meses de intensa disputa política e de negociações frustradas. Na foto, governistas lamentam e opositores comemoram, depois de sete horas de tensão



LEOPOLDO SILVA

No Profissão Cartunista, Will Eisner e seu *The Spirit*

A TV Senado exibe no sábado, às 15h30, e no domingo, às 15h30 e às 21h, a primeira de duas partes do programa Profissão Cartunista sobre o quadrinista americano Will Eisner, cujo trabalho mais famoso é a série *The Spirit*, sobre a história do detetive mascarado Danny Colt, que protege os habitantes da cidade fictícia de Central City.

Filho de judeus imigrantes, Eisner nasceu no Brooklin, Nova York, onde passou sua juventude. Em 1936 entrou para a equipe da revista *WOW What a Magazine!*, dirigida por Samuel Iger. Nesta revista, Eisner criou a série de aventuras *Captain Scott Dalton*; a história de piratas *The Flame*, que assinava como "Erwin"; e a história de espionagem *Harry Karry* (com o pseudônimo de Bill Rensie), entre outras.

No ano seguinte, com o fim da revista *WOW*, Eisner fundou com Iger o Eisner-Iger Studio, onde trabalharam grandes nomes das histórias em quadrinhos como Bob Kane e Jack Kirby. Até 1939, Eisner criou diversas séries como a história de piratas *Hawks of the seas*. Ao fim da década, Eisner e Iger dividiram sua sociedade. Iger

passou a ser diretor de publicações da editora Fiction House, e Eisner passou a criar quadrinhos para a Quality Comics Group. Sua estréia foi em 2 de junho de 1940, e no princípio incluía *The Spirit*, *Lady Luck* e *Mr. Mystic*.

The Spirit se destacou pela inovação dos enquadramentos – quase cinematográficos, com efeitos de luz e sombra – e das técnicas narrativas, além da qualidade do roteiro e da arte, que enfatizavam sobretudo o aspecto humano dos personagens. A série, que havia sido continuada por outros artistas devido à sua ausência, foi retomada por Eisner em 1945. Como tira dominical, *The Spirit* prosseguiu até 28 de setembro de 1952.

Eisner ensinou Técnicas de Quadrinhos na Escola de Artes Visuais de Nova York, e escreveu obras fundamentais na criação de histórias em quadrinhos: Os quadrinhos e a arte seqüencial (Comics and sequential art) e A narrativa gráfica (Graphic storytelling). Morreu em 3 de janeiro de 2005 em Lauderdale Lakes, Flórida, devido a complicações cardíacas depois de uma cirurgia.



A série *The Spirit*, criada pelo americano Eisner, é considerada uma das obras mais importantes das histórias em quadrinhos

TV Senado retrata 50 anos de cinema com Joel Barcellos

A vida e a obra do ator Joel Barcellos serão temas do programa *Salão Nobre* que a TV Senado exibe no sábado, às 16h30 e 21h30, e no domingo,

às 11h30 e 22h. Joel Barcellos tem 50 anos de cinema e atuou em mais de 50 filmes, tendo dirigido dois.

Ele fala do início no teatro, da

chanchada, do cinema erótico, da censura, das dificuldades de exibição do filme brasileiro e das mudanças que vêm com a tecnologia digital. O programa

mostra ainda o Circo Voador e conta um pouco da história do cinema nacional com o professor João Lanari e o programador José Carvalho da Mata.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista
-
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - ¾

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

US\$ 32 mi para financiar programa Interlegis

O Senado, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo brasileiro firmaram contrato de financiamento da segunda fase do programa Interlegis – o Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico, que visa à atualização tecnológica de mais 3.200 casas legislativas. A cerimônia foi coordenada pelo 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), na última terça-feira. O BID participa com empréstimo de US\$ 32 milhões.

Também está prevista a aquisição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) das casas legislativas que ainda não possuem registro. Um quarto das mais de 5 mil câmaras municipais brasileiras não está ainda registrado no CNPJ.

Efraim Moraes afirmou que a meta principal é chegar a todos os municípios brasileiros com a capacitação de pessoal e de instalação de instrumentos tecnológicos para facilitar a participação do cidadão no Poder Legislativo. Como exemplo do trabalho do Interlegis I, citou o Censo do Legislativo, “um levantamento tão completo que nem mesmo o IBGE realizou igual”.

O representante do BID, José Luiz Lupo, disse que o Interlegis é um programa bem-sucedido e que o contrato para a segunda fase foi assinado a apenas um mês da comemoração dos dez anos da primeira fase do programa. Lupo aproveitou a ocasião para apresentar a Efraim o novo gerente do BID para o Interlegis, o equatoriano Carlos Cordobés.



Presidente do TSE, Marco Aurélio, ao lado de Efraim Moraes, assina protocolo para impressão da cartilha

Senado e TSE terão cartilha eleitoral

O 1º secretário do Senado Federal, Efraim Moraes (DEM-PB), e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, assinaram na última terça-feira protocolo de intenções para a impressão de uma cartilha de orientação do eleitorado. A publicação será distribuída à população em 2008 pelos tribunais regionais eleitorais (TRES).

O objetivo da cartilha é orientar o eleitor quanto à importância das eleições municipais de 2008, explicou Efraim Moraes durante a cerimônia, realizada na presi-

dência do TSE com a presença do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e representantes da Universidade do Legislativo (Unilegis) e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), idealizador da publicação.

– Essa cartilha busca exatamente a transparência das eleições de 2008 – afirmou o 1º secretário do Senado, destacando a parceria pioneira entre o Legislativo e o Judiciário com essa finalidade.

Já o presidente do TSE disse que a publicação contribui para o êxito do Estado democrático de Direito e defendeu a necessidade de engajamento político do povo

brasileiro.

– Só assim vamos avançar e ter dias melhores no Brasil – avaliou Marco Aurélio Mello, ressaltando que o eleitor é responsável pelos destinos do país.

O acordo para a impressão da cartilha eleitoral também foi saudado pelo diretor-geral do Senado, que manifestou apoio à iniciativa.

– A parceria resulta em bons trabalhos. A capacidade operacional de realização do Senado é excelente e, com a distribuição pelos TRES, tem tudo para ser um sucesso – observou Agaciel.

Polícia Legislativa não participou de investigações

A Polícia do Senado Federal concluiu, após a realização de inquérito instaurado para investigar denúncia publicada pela revista Veja, do dia 5 de dezembro, que não houve uso da estrutura do órgão para investigar qualquer senador da República. Segundo a reportagem, a Central Única Federal dos Detetives do Brasil, com escritório em Brasília, teria sido acionada pela Polícia do Senado para levantar informações financeiras sobre o

senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

De acordo com a nota, lida em Plenário pelo então presidente interino, Tião Viana, a investigação da Polícia Civil de Goiás, feita a pedido do senador Marconi, descartou a participação da Polícia do Senado na suposta “arapongagem”. Além disso, os próprios detetives particulares citados pela revista teriam negado ter sido procurados por qualquer integrante da

Arquivo aberto



Visita que a Comissão Nacional de Atletas, composta por vários atletas olímpicos e paraolímpicos, fez ao Senado em 25 de junho de 2003

Há 46 anos – Comemorado em 21 de dezembro, o Dia do Atleta foi instituído pelo Decreto 51.165, de 8 de agosto de 1961. Em 4 de abril de 2000, a TV Senado exibiu debate sobre a situação do atleta olímpico. Na foto, o registro da visita que a Comissão Nacional de Atletas, composta por atletas olímpicos e paraolímpicos, fez ao Senado em 25 de junho de 2003. O então presidente do Senado, José Sarney, chegou a suspender a sessão para recepcionar “homens e mulheres que orgulham nosso país nos diversos setores em que praticam e honram o esporte nacional”. Em 21 de dezembro de 2004, o Jornal do Senado registrou a presença no Senado do atleta Vanderlei Cordeiro de Lima, corredor da maratona de Atenas nas Olimpíadas de 2004: “Segundo Osmar Dias, o mundo reconheceu que Vanderlei ganharia o ouro na maratona se não tivesse sido atacado por um ex-padre

irlandês”. Em 1º de julho de 2004, o Jornal do Senado noticiou a aprovação do programa Bolsa-Atleta, que concede auxílio em dinheiro ao esportista que não tem patrocínio de pessoas jurídicas. A Rádio Senado informou que a senadora Heloísa Helena aprovou a iniciativa: “É de fundamental importância que as nossas crianças, em vez de demandarem a marginalidade como último refúgio, possam aproveitar as suas potencialidades”. Em 2 de março de 2005, a TV Senado entrevistou o então ministro de Esportes, Agnelo Queiroz, sobre a Bolsa-Atleta. A nadadora Maria Lenk, nascida em 15 de janeiro de 1915, em São Paulo, faleceu aos 92 anos no dia 16 de abril de 2007. Em 18 de abril de 2007, a senadora Serys Slhessarenko registrou voto de pesar: “Com apenas 17 anos, [Lenk] tornou-se a primeira atleta sul-americana a participar de uma olimpíada, em Los Angeles, em 1932”.

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papató Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Natal com presentes e sem problemas

Um dos meses campeões em vendas, dezembro representa corre-corre nas lojas, e mês de procura recorde no comércio virtual da internet. Mas o impulso das compras

natalinas deve ser freado com cuidados básicos que evitarão transtornos no bolso e na troca de produtos imperfeitos. Veja quais os direitos do consumidor e dicas para evitar contratemplos.

Direitos e cuidados que o consumidor deve assumir

Apesar da correria a que boa parte das pessoas está submetida, as compras de final de ano exigem bom senso do consumidor que não quer amargar perdas e prejuízos. Especialistas sugerem que as compras natalinas e de festejos do Ano-Novo sejam feitas com a máxima antecedência possível e que se busque evitar os ataques consumistas.

Quem compra está amparado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei 8.078/90 – e conhecê-lo aumenta as chances de ser bem-sucedido na compra de um produto e na troca, caso apresente defeitos. O CDC estabelece prazo de 30 dias para reclamações sobre vícios aparentes ou de fácil constatação para produtos não duráveis e de 90 dias para itens duráveis, contados a partir da verificação do problema.

Se em 30 dias o problema não for resolvido, o consumidor tem o direito de exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; ou a restituição imediata da quantia paga,

monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; ou ainda o abatimento proporcional do preço.

O consumidor não deve abrir mão da nota fiscal, que funciona como um documento importante para o caso de garantia. Especialmente na hora de comprar presentes, é importante solicitar do estabelecimento comercial um comprovante assegurando que a loja permite a troca de mercadorias sem defeito. Quanto às formas de pagamento, o

procedimento à vista é sempre o indicado, mas, se for necessário comprar a prazo, faça uma pesquisa de preços e juros.

Uma ajuda pode vir da publicidade de concorrência: encartes, anúncios ou folhetos dos lojistas ajudam na comparação do preço e na negociação. Os lojistas não são obrigados a receber cheques, e não costumam aceitar os de outras localidades, emitidos por pessoa que não seja a que está fazendo a compra, nem cheques administrativos.

Projetos de lei em defesa de regras justas

PLS 424/07 - Projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que obriga o fornecedor a advertir o consumidor, de forma clara e destacada, sobre seu direito de arrependimento, previsto no CDC.

PLS 499/07 - Do senador Expedito Júnior (PR-RO), o projeto propõe inclusão de artigos no CDC estabelecendo que, quando o fornecedor não definir prazo para o cumprimento de sua obrigação, fica presumido que ele deverá cumpri-la no primeiro dia útil seguinte à contratação. A determinação não inclui produto ou serviço de pronta entrega ou pronta prestação.

PLS 42/07 - O projeto, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), considera como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor.

Ajuda do Procon

Além de estar amparado pelo CDC, o consumidor pode contar com uma série de órgãos que trabalham para dirimir diferenças entre cliente e empresas. A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) é o mais conhecido e utilizado.

Ao receber uma queixa, o Procon entra em contato com o fornecedor para tentar resolver a questão. No Distrito Federal, 80% dos problemas são resolvidos por telefone, no mesmo dia.

Caso não haja acordo, é formalizada a reclamação e a empresa é notificada. O Procon convoca as partes para uma audiência de conciliação. Quando a questão não é resolvida, a reclamação é encaminhada ao Departamento Jurídico do Procon, que emite um parecer e, caso decida a favor do consumidor, aplicará à empresa multa que pode variar entre R\$ 212 e R\$ 3,1 milhões.

Atenção aos detalhes na hora de comprar

Eletrodomésticos/eletroeletrônicos

Ao adquirir eletrodomésticos, teste as várias funções e avalie se o aparelho atende às suas necessidades ou às do presenteado. Observe se a voltagem do produto (110V ou 220V) é compatível com a tensão do imóvel onde ele será utilizado. O manual de instrução e a lista de locais com assistência técnica devem acompanhar o produto.

Televisor digital

A TV digital é a vedete deste final de ano. O consumidor deve ficar atento à transição do sistema analógico para o digital e não ser atropelado pela grande quantidade de ofertas de aparelhos disponíveis no mercado.

Brinquedos

Para serem comercializados, os brinquedos precisam ter o selo do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), que garante a certeza de que o produto passou por testes em laboratórios para assegurar a conformidade e qualidade do material.

Roupas

Os fabricantes são obrigados a etiquetar as peças, indicando composição têxtil e percentual das fibras utilizadas. As informações ajudam a cuidar da roupa e são fundamentais para pessoas alérgicas. Lembre sempre que roupas de algodão costumam encolher na primeira lavagem. Não compre se estiverem justas demais.

Informática

A compra deve ser norteada para a utilização da máquina. Quem não é especialista em informática deve pedir orientação ou consultar publicações especializadas.

Perfumes e cosméticos

Fique atento à rotulagem desses produtos. Nela deve constar, entre outros, o número de registro no órgão competente, prazo de validade, composição, volume/quantidade e condições de armazenamento.

Celular

O aparelho deve ser sempre adquirido em lojas autorizadas, para garantir procedência e habilitação. O produto tem

de estar lacrado. Dentro da embalagem original deve haver a relação da rede autorizada de assistência técnica, manual de instrução e termo de garantia contratual.

Comprando na internet

As compras pela internet pedem precauções redobradas, pois muitas vezes o usuário não sabe como preservar seus direitos ou não conhece o fornecedor. É imprescindível observar a presença de um cadeado pequeno no canto direito da página, ilustração que garante a idoneidade do fornecedor. Também é importante checar o valor das despesas com frete e taxas adicionais.

Fonte: Procon/SP e Procon/DF

Como entrar em contato com o Procon nos estados

Acre
Tel.: (68) 3223-7000/3223-3004/3223-3261

Alagoas
Tel.: (82) 3315-3792/151
Homepage: www.procon.al.gov.br

Amazonas
Tel.: (92) 3215-4000/3215-4002

Amapá
Tel.: (96) 3217-0000

Bahia
Tel.: (71) 3322-7385/3321-6234
Homepage: www.bahia.bagov.br/sjdh/procon

Ceará
Tel.: 0800-85-8001
Homepage: www.decon.ce.gov.br

Distrito Federal
Tel.: (61) 3212-1500/151

Homepage: www.procon.df.gov.br

Espírito Santo
Tel.: (27) 3381-6230/3381-6222
Homepage: www.procon.es.gov.br

Goiás
Tel: (62) 201-7100 - Goiânia
(62) 3328-1002 - Anápolis
Homepage: www.procon.goiias.gov.br

Maranhão
Tel.: (98) 3219-1828
Homepage: www.procon.ma.gov.br

Mato Grosso
Tel.: (65) 3613-8500/3613/8514
Homepage: www.sejuc.mt.gov.br/htm

Mato Grosso do Sul
Tel.: (67) 3324-4105/3316-9800
Homepage: www.procon.ms.gov.br

Minas Gerais
Tel.: (31) 3335-9794/3335-9668/3335-9103

Homepage: www.procon.mg.gov.br

Pará
Tel.: (91) 3242-1448
Homepage: www.sejudh.pa.gov.br

Paraíba
Tel.: (83) 3218-6914
Homepage: www.portalpb.com.br

Paraná
Tel.: (41) 3362-1512/3362-5323
Homepage: www.pr.gov.br/proconpr

Pernambuco
Tel.: (81) 3445-7643/3221-8582

Piauí
Tel.: (86) 3222-5570
Homepage: www.mp.pi.gov.br

Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2299-2472/2299-2487
Homepage: www.consumidor.rj.gov.br

Rio Grande do Norte
Tel.: (84) 3212-1218/3212-2569

Rio Grande do Sul
Tel.: (51) 3286-8200/3212-3367
Homepage: www.riogrande.com.br

Rondônia
Tel.: (69) 3216-5930/3216-1026

Roraima
Tel.: (95) 3224-1330

Santa Catarina
Tel.: (48) 3222-5933/3229-9212
Homepage: www.sic.sc.gov.br

São Paulo
Tel.: (11) 3824-7184/3824-0446
Homepage: www.procon.sp.gov.br

Sergipe
Tel.: (79) 3211-5216

Tocantins
Tel.: (63) 3218-2301/3218-2340